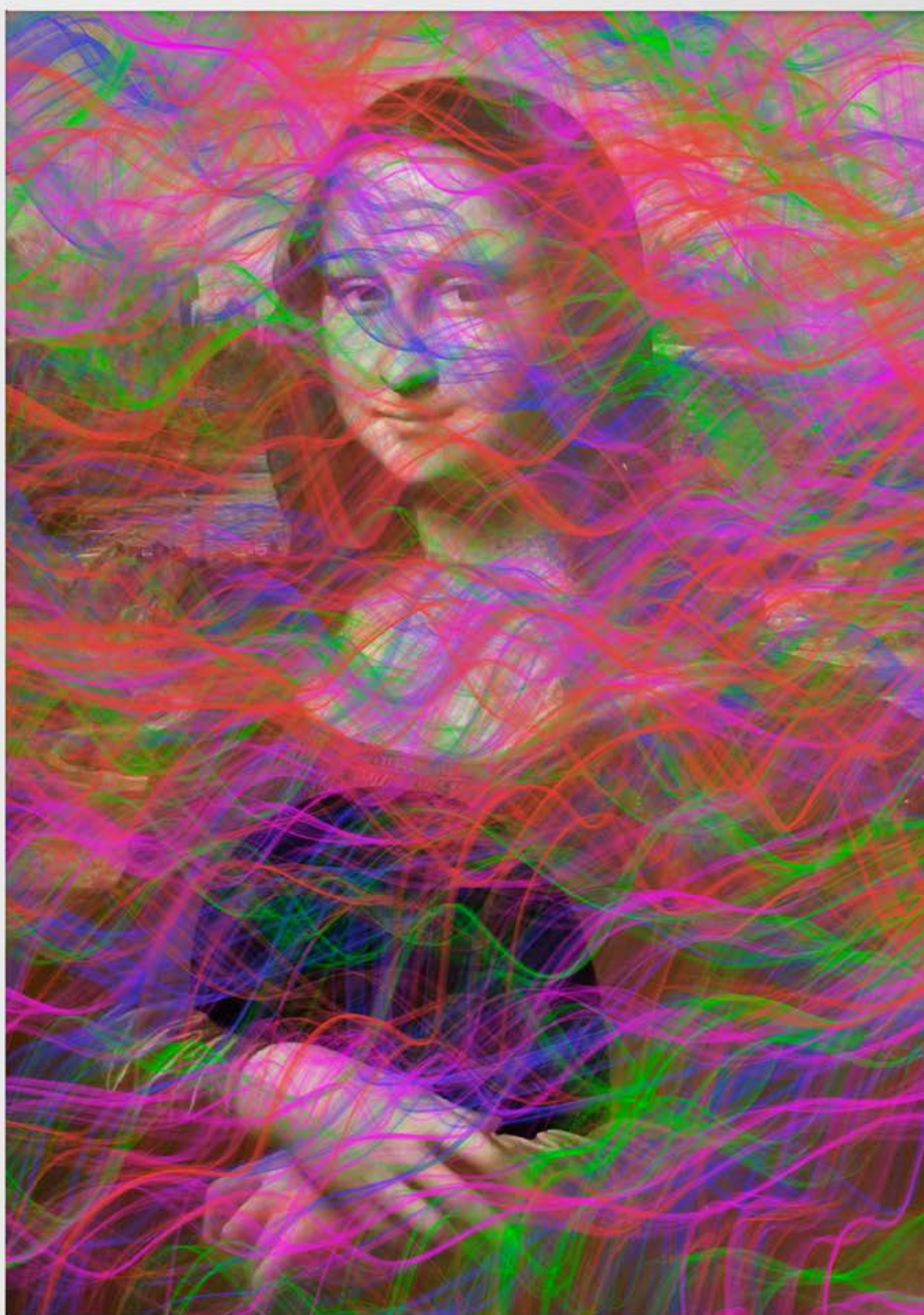


DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE





Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



p/ 06 e 07.

“Espelho, Reflexão”, de Manuel Casimiro. Por Cláudia Branco, Vice-presidente da AILD
10 de junho. Por Gilda Pereira, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

Rui Gomes da Silva, Advogado, Político,
Presidente da Câmara do Comércio Luso-Árabe

p/ 30.

Diplomacia Uma História Com Holandeses

Por Manuel Barreiros, Embaixador jubilado

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 37.

Suplemento Fórum Portugal Nação Global

Por Fundação AEP

p/ 50.

Artes & Artistas Lusos

Ricardo Dias dos Santos

p/ 84.

Falar português, Qual é a língua mais antiga do mundo?

Por Marco Neves

Obra de capa

Artista Plástico: Manuel Casimiro

Dimensões: 140 x 96

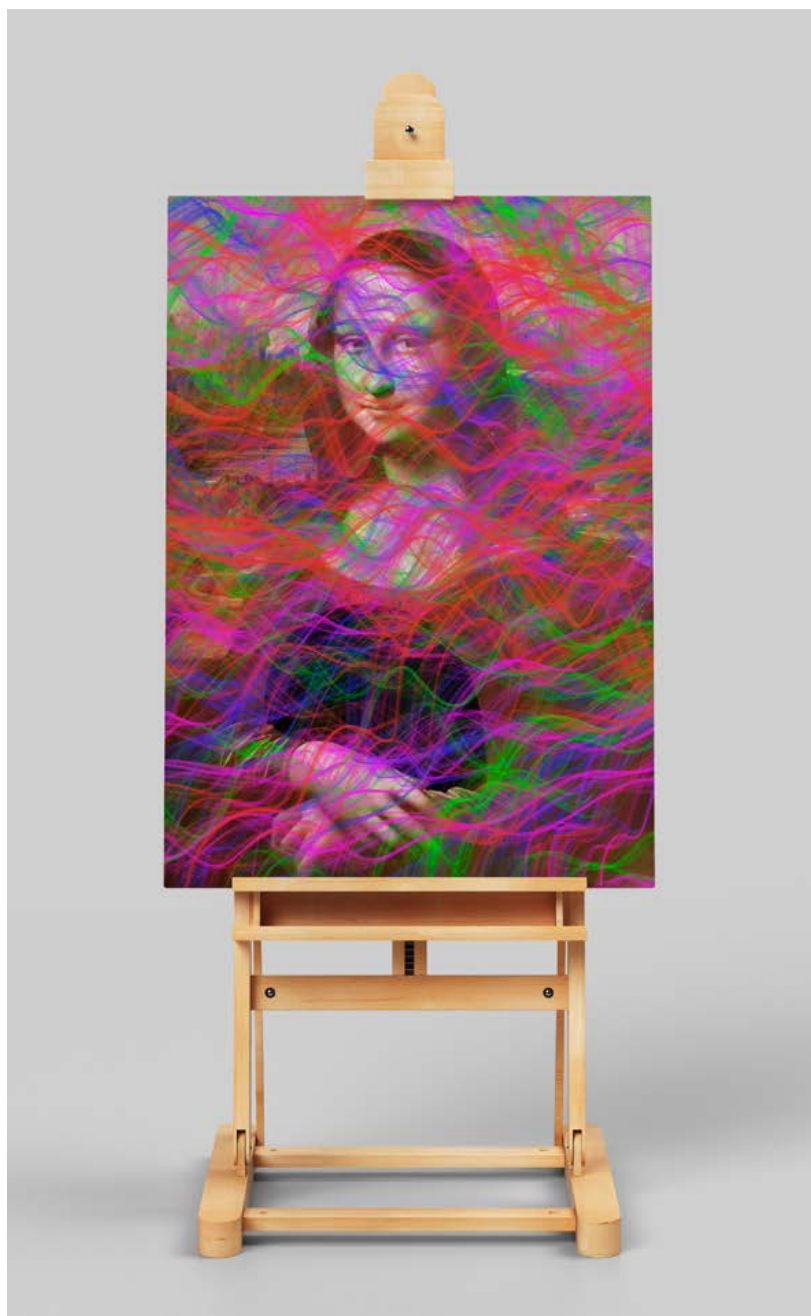
Técnica: Pintura Digital

Intervenção Casimiriana na Mona Lisa

Exercício 6 monalisante

E iniciamos a sexta instalação monalisante com a ideia de infinita variabilidade de processos e atitudes que o artista, soberano mestre, pode desencadear. Talvez a palavra infinito nos transporte para um reino demasiado teológico ou sobrenatural, de abscônditas forças que se elevam e configuram um sublime demasiado potente para olhos humanos. Por isso, em vez de infinitude, escrevamos ilimitado. Voltemos a repetir: e iniciamos a sexta instalação monalisante com a ideia de ilimitada variabilidade de processos... Assim nos parece mais certo. Não sendo um demiurgo, Casimiro também não é um simples artesão que maneja as formas e vai aplicando simples variações nas imagens de que se vai apoderando. É, antes, um agente intermediário, colocado entre estas duas posições, aplicando na repetição artesanal, a ilimitada programação artística, inovada e despoletada pela sua capacidade de (re)criar. (...)

Rodrigo Magalhães
Historiador de arte



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Carolina Cunha, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, Isalita Pereira, Lídia Marques, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Paulo Dinis, Philippe Fernandes, Rodrigo Magalhães, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vera Diniz, Vítor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável

pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 66, junho 2026 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Junho é o mês em que Portugal se olha ao espelho. Celebramos Camões, evocamos a História e homenageamos as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo. Talvez por isso esta edição da Descendências comece precisamente com um espelho. A obra de capa e a exposição Espelho, Reflexão, de Manuel Casimiro, convidam-nos a um exercício que ultrapassa a dimensão artística. O espelho surge como metáfora de memória, consciência e transformação, desafiando-nos a observar não apenas aquilo que fomos, mas também aquilo que estamos a tornar-nos. Esse olhar prolonga-se na mensagem da Presidente da AILD e na evocação do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, lembrando que a identidade portuguesa ultrapassa fronteiras e continua viva através de milhões de portugueses e lusodescendentes espalhados pelos cinco continentes. É essa dimensão global que atravessa grande parte desta edição. Encontramo-la na reflexão sobre as Comunidades Portuguesas, no Fórum Portugal Nação Global e nas missões empresariais inversas promovidas pela Fundação AEP, exemplos de uma visão que reconhece na diáspora um dos maiores ativos estratégicos do país. Uma realidade que ganha igualmente expressão humana em Retratos da Nova Emigração, através da experiência daqueles que constroem percursos internacionais sem romper os laços com Portugal. Mas compreender um país implica olhar para múltiplas dimensões da sua vida coletiva. A entrevista à Officetotal Food Brands mostra a capacidade de inovação e adaptação do tecido empresarial português, enquanto a Grande Entrevista a Rui Gomes da Silva nos conduz por temas centrais da vida política, jurídica e democrática nacional. Já o Embaixador Manuel Barreiros recorda-nos, através das suas memórias diplomáticas, que a construção da posição portuguesa no mundo sempre dependeu da

capacidade de diálogo, negociação e visão estratégica. A viagem prossegue por outras geografias e realidades. Descobrimos Madagáscar, território de encontros culturais e diversidade humana. Em Baldios e em Noções Básicas sobre Política, regressamos à reflexão sobre cidadania, participação e responsabilidade coletiva, temas que continuam a marcar os desafios das sociedades contemporâneas. A cultura ocupa igualmente um lugar central nesta edição. Nas Artes & Artistas Lusos, conhecemos o percurso de Ricardo Dias dos Santos, enquanto Sérgio Jacques nos apresenta o seu olhar artístico sobre o mundo. Já o artigo dedicado ao fado recorda-nos que os maiores símbolos culturais portugueses permanecem vivos precisamente porque continuam a reinventar-se sem perder a sua essência. Aventuramo-nos na descoberta humorística da história dos alimentos afrodisíacos, onde gastronomia, tradição, mito e literatura se cruzam numa narrativa tão curiosa quanto reveladora da criatividade humana. Mas a identidade constrói-se igualmente nos espaços mais íntimos da vida. O artigo dedicado ao impacto do divórcio parental nas crianças lembra-nos que as transformações familiares deixam marcas profundas e exigem atenção, sensibilidade e responsabilidade. Entre cultura, língua, comunidades, política, economia e relações humanas, esta edição convida-nos a pensar Portugal na sua pluralidade. Um país feito de memória, mas também de mudança; de raízes, mas também de futuro. E talvez seja precisamente por isso que terminamos com uma reflexão sobre habitação, fiscalidade e políticas públicas. Porque a identidade de um país não se constrói apenas através daquilo que recorda, mas também através das escolhas concretas que faz para responder aos desafios do presente.

Encontro marcado para julho.



Fátima Magalhães
Diretora

EM DESTAQUE

“Espelho, Reflexão”, de Manuel Casimiro



A inauguração da exposição “Espelho, Reflexão”, de Manuel Casimiro, no passado sábado, 23 de maio, transformou a Casa Barbot num palco vibrante de celebração artística e num reencontro caloroso entre o público e um dos nomes maiores das artes plásticas portuguesas. Desde cedo, o espaço encheu-se de visitantes, colecionadores, críticos e admiradores que não quiseram perder a oportunidade de testemunhar o regresso de Casimiro a um ambiente expositivo que lhe faz justiça. A afluência foi tão expressiva que rapidamente se tornou evidente a força do momento: poucas figuras conseguem mobilizar gerações de forma tão transversal, e Manuel Casimiro continua a ser uma delas, convocando olhares atentos, memórias afetivas e uma curiosidade sempre renovada. Em “Espelho, Reflexão”, o artista revisita temas que têm marcado o seu percurso desde os anos 70: a identidade, o duplo, a presença e a ausência, o gesto que se repete e se transforma, a tensão entre o visível e o oculto. As obras, distribuídas num percurso expositivo cuidadosamente desenhado, criam um diálogo subtil entre si e com o próprio visitante. Cada peça funciona como um convite à introspeção, desafiando quem observa a questionar o que vê, o que projeta e o que reconhece de si no reflexo simbólico que Casimiro constrói. A escolha da Casa Barbot, recentemente reaberta ao público,

acrescentou uma camada simbólica à inauguração. Embora a nota da reabertura tenha sido discreta, o gesto não passou despercebido: devolver este espaço à comunidade cultural e fazê-lo com uma exposição de Manuel Casimiro demonstra a vontade clara do novo executivo municipal em reforçar a centralidade da cultura na vida da cidade. O edifício, com a sua arquitetura singular e atmosfera intimista, revelou-se o cenário ideal para acolher uma mostra que exige atenção, silêncio e disponibilidade para o encontro com a obra. O entusiasmo vivido no dia da inauguração confirmou não apenas o impacto duradouro da obra de Casimiro, mas também a relevância desta exposição no panorama artístico atual. Muitos visitantes permaneceram longos minutos diante das peças, absorvendo camadas de significado e partilhando impressões num ambiente de genuína celebração. A sensação geral era a de que se estava perante um momento marcante, capaz de renovar o diálogo entre o artista e o público e de reafirmar a importância da sua contribuição para a arte contemporânea portuguesa. Para quem ainda não teve oportunidade de visitar, a exposição estará patente até 20 de setembro de 2026, podendo ser vista de terça-feira a domingo, das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00. Imperdível!



Cláudia Branco
Vice-presidente



| A I L D

10 de junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades

No dia 10 de junho, Portugal celebra o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, uma data que reveste um profundo significado cultural e histórico para os portugueses, tanto em território nacional quanto nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

A origem da data, 10 de junho, remete à morte de Luís de Camões, em 1580, um dos maiores poetas da literatura portuguesa e autor da obra-prima “Os Lusíadas”. Este poema épico não apenas narra as aventuras dos navegadores portugueses, mas também exalta o espírito de descoberta e a identidade nacional. Camões é frequentemente considerado o “poeta da nação”, e sua vida e obra se entrelaçam com a história de Portugal, simbolizando a grandeza dos feitos marítimos que caracterizaram a Era dos Descobrimentos.

O Dia de Portugal é uma ocasião para relembrar e celebrar a cultura portuguesa, através de várias atividades e eventos. Festivais, concertos e desfiles são organizados em diversas cidades, destacando a música, a dança e as tradições que compõem a identidade nacional. As comunidades portuguesas no exterior, especialmente em países como Brasil, Estados Unidos e Canadá, também realizam celebrações, reforçando os laços com a pátria e a cultura.

Ou seja, este dia não é apenas sobre a história de Portugal,

mas também sobre as comunidades portuguesas da nossa diáspora. Os emigrantes portugueses e seus descendentes têm desempenhado um papel crucial na promoção da cultura, da língua e da identidade portuguesa além-fronteiras. A ligação emocional com a terra natal e a preservação das tradições são motivos de orgulho e um elo que une os portugueses, independentemente da distância geográfica.

Nos tempos atuais, o Dia de Portugal também serve como um momento de reflexão sobre os desafios que o país enfrenta, incluindo questões sociais, econômicas e políticas. A celebração é uma oportunidade para unir a população em torno dos valores da solidariedade, da inclusão e da diversidade, pilares essenciais para um futuro sustentável e próspero.

Assim, o 10 de junho transcende a mera comemoração; é um dia de reafirmação da identidade nacional, de valorização da língua e da literatura, e de celebração da rica tapeçaria cultural que é o legado de Portugal e suas comunidades no mundo. A data convida todos os portugueses a refletirem sobre a sua história, as suas conquistas e o papel que desempenham na construção de um futuro coletivo, reafirmando o orgulho de ser português, onde quer que estejam. E você? Como irá celebrar o 10 de junho este ano?



Gilda Pereira
Presidente



EMPRESA ASSOCIADA

Officetotal Food Brands

A Officetotal Food Brands, fundada em 2008, é parte de um grupo familiar com raízes que remontam a 1996. Poderia partilhar um pouco sobre a visão inicial que levou à criação da Officetotal e como essa visão evoluiu ao longo dos anos?

A nossa origem na área alimentar iniciou com a primeira empresa do grupo, a Delipoli, fundada pelo Fernando Freitas pai do Diogo Freitas, onde a principal área de atuação era a distribuição, representação e venda de produtos alimentares de grande consumo na área dos chocolates, rebuçados, chicletes, bolachas... trabalhando com as principais marcas dos setores através de venda direta. Apenas mais tarde, surgiu a Officetotal, sendo que a sua base de criação não projetava que fosse passar também pela área alimentar. Se inicialmente a Officetotal não projetava que a sua estrutura passaria pela área industrial e produtiva, essa é a nossa principal realidade de momento. A Officetotal como a

conhecemos hoje iniciou como uma empresa dedicada à representação e importação de marcas para o mercado nacional, com o principal foco e objetivo de entrar na grande distribuição e conseguir alcançar a totalidade do mercado, quer no tradicional, quer no grossista e moderna. Logo percebemos que poderíamos desenvolver o negócio a um outro nível e estando atentos ao mercado e às necessidades do mesmo, surgiu a oportunidade de adquirimos a linha das icônicas Belgas à Mondelez e iniciamos a nossa base industrial e produtiva. Será importante realçar que apesar de se tratar de uma total aventura e audácia por sermos uma empresa familiar e com zero conhecimento na área industrial, de uma coisa estávamos seguros, o sucesso poderia não estar garantido, mas a total dedicação e trabalho para que os resultados surgissem e fossem alcançados estavam, sim, assegurados. Esse foi o balão de oxigénio que nos fez manter o foco mesmo nos períodos de maior dificuldade, que podemos



garantir que foram muitos. Com o tempo e o desempenho da área comercial no mercado, novas marcas foram surgindo, iniciamos a nossa presença também na área dos bolos, passando a Officetotal Food Brands a ser uma resposta de valor ao mercado em vários setores e necessidades com as nossas principais marcas, Saborosa Belgas, Aurora, Waferland, Dulcissi, C-REAL. Ao longo dos anos continuamos com a mesma visão e ambição de crescimento e expansão e mais recentemente adquirimos a marca Chipicao à Pepsico, valorizando ainda mais o nosso portfólio, mantendo o nosso foco e dedicação diária em trabalharmos para sermos as marcas líderes nos segmentos onde nos inserimos.

Desde a sua fundação, a empresa tem demonstrado um crescimento notável e uma diversificação estratégica. Quais foram os marcos mais significativos nesse percurso e como a Officetotal tem conseguido adaptar-se e prosperar num mercado tão competitivo como o alimentar?

Essencialmente podemos admitir que para além de uma base comercial bastante forte e completa, a atenção e respeito ao consumidor e às suas necessidades são o nosso foco e ala-

vança para novos desenvolvimentos e propostas ao mercado. Uma coisa podemos garantir a 100%, somos uma empresa com marcas totalmente focadas no consumidor e com o compromisso de apresentar sempre produtos que respondam às suas necessidades diárias, mas também, que sejam capazes de proporcionar momentos felizes, cada vez mais necessários em dias tão cinzentos.

A Officetotal é conhecida pela distribuição de produtos de grande consumo e pelo fabrico de bolachas belgas e madalenas. Qual a importância destes produtos no vosso portfólio e como gerem a inovação e a qualidade para se destacarem?

Já não somos apenas a empresa das Belgas. Contamos com várias marcas líderes e a importância relativa da marca Belgas dentro na empresa tem vindo a nivelar junto das restantes marcas, embora mantenha um ritmo de crescimento importante no mercado. Correndo o risco de nos repetirmos, o nosso foco está no consumidor e em garantir a qualidade e felicidade que tão bem nos caracteriza. A inovação é de igual forma a base desse trabalho, com a atenção diária às preferências e experiência do nosso consumidor.



A vossa presença estende-se a outros países da Europa e África. Quais são os principais desafios e oportunidades que encontram na internacionalização e qual a estratégia para consolidar e expandir esta presença?

Exportamos para alguns países como Uruguai, Brasil e França, mas o nosso foco não é a exportação. Acreditamos que primeiro temos que ser muito bons no nosso mercado doméstico. Em termos de internacionalização avançamos para Espanha com a criação de uma sucursal e estamos a fazer um caminho, que não é fácil, mas que é altamente recompensador. É o início de um desafio.

O setor alimentar está em constante mudança, impulsionado por novas tendências de consumo e preocupações com a saúde e o ambiente. Como a Officetotal Food Brands aborda a inovação nos seus produtos e processos para responder a estas exigências?

O compromisso com o ambiente está presente em todo o nosso trabalho. Desde a gestão de recursos, eficiência logísti-

ca, gestão de desperdícios... e apesar de sermos bastante eficientes nestes campos, não nos acomodamos e trabalhamos para melhorar sempre a nossa pegada ecológica.

Podemos realçar ainda a instalação de 700Kw de produção de energia fotovoltaica, a compra de gás verde numa parceria com a Repsol que nos permite reduzir as emissões com este combustível em 85% — embora seja cerca de 30% mais caro —, fomos a primeira PME a emitir Green Bonds, utilizamos papel FSC, patrocinamos a instalações de pontos de recolha seletiva em escolas do concelho, patrocinamos integralmente a reflorestação de uma área significativa no parque do Gerês, entre outras iniciativas.

É fundamental que a indústria e as marcas se lembrem que nós somos o presente, mas amanhã, quer este continue através de nós ou da nossa descendência, que as condições ambientais sejam no mínimo iguais, mas idealmente melhores para continuarmos a viver e habitar neste planeta. Em relação à saúde, estamos atentos à inovação e necessidade de respostas neste campo com a criação de novas marcas que assumem o compromisso de serem produzidas com uma lista de ingrediente simples, ingredientes de origem natural e



de alta qualidade, como o caso da C-REAL e como o próprio nome indica, o compromisso é ser uma marca real e uma escolha de verdade para o consumidor.

Mas é importante perceber que somos uma empresa com várias marcas de grande consumo na categoria Mercadoria Doce e que existem produtos que irão ser sempre uma solução válida essencialmente pelo que nos proporcionam e pela felicidade que nos trazem, no entanto, e mesmo aqui somos uma empresa consciente e atenta. Os nossos produtos são comercializados essencialmente em unidades por dois motivos principais, primeiro porque enquanto fabricantes entendemos que devemos ter um papel ativo e consciente junto do consumidor e entendemos que as doses permitem um consumo mais controlado do produto, quer em calorias, quer em consumo de açúcares e/ou semelhantes (quem nunca tirou apenas mais uma ou duas bolachas de um pacote porque estava mesmo ali à mão?), segundo porque as doses reduzem drasticamente o desperdício alimentar, desta forma não cor-

remos o risco de bolachas ou bolos que vão perdendo as suas características ideais de consumo e acabam no lixo. Podemos acrescentar ainda um plus que é a conveniência para a comodidade de transporte no dia a dia.

Olhando para o futuro, quais são as principais prioridades e objetivos estratégicos da Officetotal Food Brands para os próximos 5 a 10 anos, tanto a nível nacional como internacional?

Atualmente somos o 4.º operador de bolachas e o 2.º em bolos em Portugal. Contamos com várias marcas líderes e com as duas bolachas mais vendidas no mercado nacional. Porém, ainda somos muito pequenos. Até 2030 temos ambição de duplicar a nossa faturação sendo que uma parte desse aumento provirá do mercado nacional, onde ainda há potencial, e a outra do mercado espanhol onde estamos em procura ativa para aquisição de uma unidade industrial.



Vera Diniz

Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

RUI GOMES DA SILVA

ADVOGADO, POLÍTICO
PRESIDENTE DA CÂMARA
DO COMÉRCIO LUSO-ÁRABE

Quase cinco décadas depois de se ter iniciado na política, ainda estudante de Direito num país em ebulição pós-revolucionária, Rui Gomes da Silva, antigo dirigente social-democrata, revisita um percurso que cruza poder, bastidores e rutura. Entre a influência fundadora de Francisco Sá Carneiro, o exercício governativo e a atual aproximação a André Ventura, traça um retrato crítico da evolução do sistema partidário português, aponta falhas estruturais da justiça e das instituições e deixa um diagnóstico marcado por uma palavra: inquietação.



© Descendências/Tiago Ribeiro

O seu percurso público cruza, de forma muito particular, o Direito, a política e o comentário público, três dimensões que, em Portugal, nem sempre se relacionam de forma tranquila. Começando pelo princípio, gostaria de lhe pedir um exercício de memória e de reflexão: que influências pessoais, académicas e cívicas moldaram o jovem estudante de Direito que viria a tornar-se advogado, dirigente partidário, governante e uma voz regular no debate público? Em que medida o ambiente político e social do país nas décadas que se seguiram à consolidação democrática contribuiu para a construção da sua visão sobre o papel do Estado, das instituições e da própria política?

Esta é, de facto, uma pergunta que quase daria uma tese sobre a minha vida — sobre as razões que me levaram às escolhas que fiz e sobre o percurso que construí. Mas, no fundo, a explicação é simples. Com 18 anos, nascido e criado no Porto, onde vivi praticamente toda a minha vida até essa altura, fui para a Faculdade de Direito de Lisboa. Na altura, não existia curso de Direito no Porto — apenas em Coimbra e em Lisboa — e, simultaneamente, jogava hóquei no Académico do

Porto. Entretanto, surgiu a oportunidade de ir para o Benfica, e a decisão, minha e da minha família, foi seguir para Lisboa. Recordo-me bem desse momento de partida, na estação de Campanhã, quando o meu pai pediu-me duas ou três coisas. Uma delas foi clara: que não me envolvesse na política. É curioso, porque talvez tenha sido precisamente esse o único pedido que não cumpri.

E não cumpri por uma razão muito simples: era praticamente impossível chegar à Faculdade de Direito de Lisboa naquele contexto e não nos envolvermos na política. Nem um ano havia passado desde o 25 de novembro de 1975, num ambiente político extremamente intenso, com a Constituição da República Portuguesa de 1976 ainda muito recente. Lisboa era o centro do debate político e a Faculdade de Direito era um dos seus principais palcos. Além disso, em casa já existia uma forte influência política. O meu pai tinha uma admiração profunda por Francisco Sá Carneiro, desde os tempos da chamada ala liberal, ainda antes do 25 de Abril, e depois durante todo o processo de fundação do Partido Social Democrata. Lembro-me bem de, nas primeiras eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, os materiais de campanha do PSD serem





guardados na garagem lá de casa, e do meu pai ter participado ativamente nesse momento histórico. Cheguei à Faculdade precisamente nesse contexto efervescente e rapidamente me envolvi. Conheci pessoas que marcariam toda a minha vida — como Pedro Santana Lopes, António Fontes, Durão Barroso, José Manuel Sequeira ou Fernando Ribeiro Rosa, entre muitos outros, de diferentes áreas políticas. Ainda em dezembro, tive a minha primeira intervenção pública, perante cerca de dois mil alunos, numa reunião geral de alunos (RGA), realizada na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, e, em maio de 1977, fui eleito para o meu primeiro Órgão: o Conselho Diretivo da Faculdade de Direito de Lisboa, o primeiro Órgão democrático eleito após o 25 de Abril. Esse período foi absolutamente decisivo. Vivi intensamente os debates internos do PSD, as divergências ideológicas, os momentos fundadores do partido, e isso moldou profundamente a minha formação política. A partir daí, o percurso foi-se consolidando: envolvimento na Juventude Social Democrata, entrada nos órgãos distritais, candidatura à liderança da JSD, funções como chefe de gabinete na Presidência do Conselho de Ministros, eleição para a Assembleia da República em 1987, onde permaneci durante 22 anos, até 2009. Pelo meio, desempenhei várias funções relevantes, como presidente da delegação portuguesa à Assembleia Parlamentar da NATO e membro do Conselho Superior do Ministério Público (curiosamente, agora quase vinte anos depois de ter saído da Assembleia da República acabo de ser eleito Membro do Conselho superior da Magistratura). Tive também responsabilidades internas no partido, incluindo candidaturas a cargos dirigentes, e exerci funções governativas como Ministro dos Assuntos Parlamentares e Ministro Adjunto no governo de Pedro Santana Lopes. No fundo, foram quase cinco décadas de vida política — 48 anos ligados ao PSD — que moldaram as minhas convicções. Costumo dizer, aliás, que tive mais anos de PSD do que houve de Estado Novo. E, olhando para trás, identifico duas influências centrais: numa primeira fase, a figura de Francisco Sá Carneiro no ambiente familiar; numa segunda fase, a vivência direta dentro do partido e da política ativa, incluindo a pertença a movimentos, como os “Críticos”, (1981/1982), a “Nova Esperança” ou o apoio a Aníbal Cavaco Silva e, desde sempre, a proximidade com Pedro Santana Lopes.

Paralelamente, a minha presença no espaço público também foi marcada pelo futebol. Sempre procurei separar claramente a intervenção política da atividade

desportiva. Tive várias experiências ligadas ao Sport Lisboa e Benfica — desde candidaturas a vice-presidente até ao exercício efetivo dessas funções entre 2009 e 2016 —, sempre com o cuidado de não misturar esses planos.

Foi precisamente em 2009, aliás, que se acentuou uma divergência profunda com o PSD, na sequência da liderança de Manuela Ferreira Leite. Nesse momento, afastei-me politicamente do partido e aceitei o convite para integrar a direção do Benfica, sob a presidência de Luís Filipe Vieira. Mais tarde, voltei a candidatar-me, já em 2020, a presidente do Sport Lisboa e Benfica, num contexto em que manifestei o meu descontentamento com o rumo que o clube estava a seguir. Nesse percurso no Benfica, destaco como momento particularmente relevante a criação da Benfica TV e a conquista dos direitos de transmissão dos jogos, que considero um passo decisivo para afirmar o clube no futebol moderno.

Em síntese, o meu percurso foi sempre feito de decisões claras e assumidas, com frontalidade e convicção. Em cada momento, procurei agir de acordo com aquilo em que acreditava, sem hesitações. Se segui este caminho, foi porque sempre tive a certeza de que estava a escolher o que considerava ser o melhor — tanto para mim como para as causas que defendia.

Ao longo da sua carreira política, esteve profundamente ligado ao PSD e participou em diferentes momentos de definição estratégica do partido, quer em funções governativas, quer na esfera partidária. Olhando hoje para o sistema partidário português, que avaliação faz da evolução dos partidos tradicionais desde a década de 1990 até ao presente?

De facto, estive profundamente envolvido nesse percurso político, e há alguns momentos que considero absolutamente determinantes. O primeiro remete para a participação, ainda como militante de base, na campanha de Francisco Sá Carneiro. A vitória de 2 de dezembro de 1979, com a maioria absoluta da Aliança Democrática, foi um momento verdadeiramente histórico e fundador para a minha geração política.

Depois, há um outro momento igualmente marcante: o movimento da “Nova Esperança”, que reuniu um conjunto de figuras como Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Santana Lopes, José Miguel Júdice, Conceição Monteiro, Fernando Frutuoso de Melo, e eu próprio. Esse momento representou o lançamento de uma nova geração dentro do Partido Social Democrata, com



© Descendências/Tiago Ribeiro

ambição de renovação e afirmação política. A terceira fase decisiva foi a ascensão de Aníbal Cavaco Silva ao poder. Particpei ativamente em vários Conselhos Nacionais do partido nesse período, e é aí que se consolidam algumas das ideias mais estruturantes da minha leitura política.

Recordo, em particular, dois momentos discursivos que me marcaram profundamente. Por um lado, um discurso, em 1991 de Barbosa de Melo, que advertia: “lembre-se, Aníbal, que todas as grandes vitórias acabam em grandes derrotas”. Era um aviso claro: mesmo após uma segunda maioria absoluta, como a que então se vivia, o partido poderia caminhar para a derrota — como viria a acontecer em 1995, com a vitória de António Guterres. Por outro lado, um discurso do próprio Cavaco Silva, também nesse Conselho Nacional realizado no Porto, em que afirmou que, depois de mudar o país, o desafio seguinte seria o partido conseguir mudar-se a si próprio para acompanhar essa transformação. Caso contrário, arriscar-se-ia a ficar afastado do poder durante muitos anos. Esses momentos foram também decisivos para a minha formação política. Foi aí que compreendi algo essencial: muitas vezes, os momentos de maior lucidez surgem precisamente nas grandes vitórias — quando existe o risco de complacência — e nas grandes derrotas — quando existe a oportuni-

dade de aprender. Se as vitórias não forem interpretadas como um apelo à mudança, acabam por conduzir à estagnação; e se as derrotas não forem entendidas como lições, tendem a perpetuar-se. Destas experiências retirei duas ideias fundamentais: ganhar não garante a continuidade do sucesso, se não houver capacidade de adaptação às expectativas dos cidadãos; e perder não significa um destino inevitável, sendo sempre possível recuperar e voltar a vencer.

Foi também este percurso que me levou a refletir sobre a evolução do sistema partidário português. Logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, havia a convicção, sobretudo no meio académico, de que o sistema partidário em Portugal acabaria por evoluir, porque existiria “um partido a mais”. Durante muito tempo, acreditou-se que o Partido Social Democrata seria esse partido excedentário, por razões ideológicas e históricas. No entanto, essa previsão não se concretizou, por várias razões. Desde logo, pela liderança de Francisco Sá Carneiro, que contrariou esse determinismo, conseguindo vencer eleições num contexto adverso. Mais tarde, Aníbal Cavaco Silva voltou a desafiar essa ideia, reinventando o PSD num momento de fragilidade e conduzindo-o a um ciclo de governação forte e transformador.

Ao longo dos anos, o PSD foi também um espaço de forma-



© Descendências/Tiago Ribeiro

ção de várias lideranças marcantes — desde Marcelo Rebelo de Sousa, depois Presidente da República, a primeiros-ministros como Durão Barroso e Pedro Santana Lopes — demonstrando uma capacidade de regeneração que contrariava a ideia de um sistema fechado. Ainda assim, quando comparávamos Portugal com outras democracias europeias, havia sempre a percepção de que o nosso sistema partidário era uma exceção. Enquanto países como Espanha, França, Itália ou Alemanha assistiam a recomposições profundas, com o surgimento e desaparecimento de partidos, Portugal mantinha uma estabilidade quase inalterada. O que estamos a assistir hoje é precisamente ao fim dessa exceção. O aparecimento do Chega representa uma reformulação profunda do sistema partidário português. Em poucos anos, o partido passou de uma presença residual para uma força com representação significativa, alterando o equilíbrio tradicional.

Deixámos de ter um sistema dominado por dois partidos hegemónicos para passar a um modelo com três polos relevantes. E mais: um partido histórico como o Partido Socialista deixou de ocupar automaticamente um dos dois primeiros lugares, sendo ultrapassado em determinados momentos. Na minha leitura, isto resulta também de uma transformação interna no PSD.

O partido que, em tempos, representava uma base social dinâmica — pequenos empresários, trabalhadores independentes, os chamados self-made men — foi-se afastando dessa matriz. Progressivamente, aproximou-se de um perfil mais semelhante ao do Partido Socialista, perdendo parte da sua capacidade de renovação e de afirmação reformista. Hoje, ainda existe no PSD uma elite qualificada e relevante, mas parece-me evidente que o partido esgotou, em parte, a sua capacidade de se reinventar.

Muitas das críticas internas que surgem atualmente não são apenas disputas conjunturais, mas refletem algo mais profundo: uma insatisfação com a falta de ambição reformista, com a ausência de uma revisão clara da matriz ideológica, social e económica do partido e, em certa medida, do próprio país. Entre 2004 e 2005 assumi funções como Ministro dos Assuntos Parlamentares, e depois, como Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, no governo liderado por Pedro Santana Lopes.

O exercício de funções governativas, sobretudo em áreas com forte componente institucional como os Assuntos Parlamentares, e depois no centro do Governo, exige uma compreensão muito especial, da relação entre Governo, Parlamento e Presidência da República.



© Descendências/Tiago Ribeiro

Durante o período em que foi Ministro dos Assuntos Parlamentares, que desafios institucionais mais marcantes encontrou na articulação entre estes órgãos de soberania? E que leitura faz hoje sobre a qualidade do diálogo institucional em Portugal?

Há uma ideia fundamental que retirei dessa experiência política e que me acompanha até hoje: não vale a pena exercer cargos sem uma legitimidade própria. A legitimidade é essencial no exercício do poder e decorre, antes de mais, da forma como se chega a ele. Naquele momento, aquilo que percebi foi que estávamos perante um Governo com uma legitimidade fragilizada. Pedro Santana Lopes tinha, de facto, conquistado um capital político importante — nomeadamente com a vitória na Câmara Municipal de Lisboa, em 2001 — e foi isso que, em parte, abriu caminho à sua ascensão. No entanto, a verdadeira legitimidade governativa, no plano parlamentar, estava associada a Durão Barroso, que liderava o Governo na sequência desse ciclo político. Quando Durão Barroso sai para

a Comissão Europeia, abre-se um vazio político que, na minha leitura, não foi resolvido da forma mais adequada. Considero, aliás, que houve aquilo que classifico como um “golpe de Estado constitucional”, dirigido desde Belém, no sentido em que não se recorreu à solução mais legítima: a realização de eleições. Hoje, não tenho dúvidas de que o interesse do país teria sido precisamente esse — devolver a palavra aos eleitores. Em vez disso, assistiu-se a uma estratégia política mais ampla, que visava prolongar aquele ciclo político até permitir ao Partido Socialista reorganizar-se e afirmar uma nova liderança, que viria a surgir com José Sócrates. Nesse contexto, o papel da Presidência da República, liderada por Jorge Sampaio, foi decisivo. Mas, na minha perspetiva, não foi o único. Houve também outros atores políticos com interesse direto na dissolução da Assembleia da República e na convocação de eleições, nomeadamente Aníbal Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa. A lógica, do ponto de vista estratégico, era relativamente clara: a manutenção de um Governo do PSD poderia comprometer equilíbrios futuros, nomeadamente



© Descendências/Tiago Ribeiro

no plano das eleições presidenciais. Havia, como é habitual na política portuguesa, uma preocupação de não concentrar demasiado poder no mesmo espaço político — o que poderia dificultar a eleição de Cavaco Silva para Presidente da República em 2006 e, subsequentemente, influenciar também o posicionamento de Marcelo Rebelo de Sousa no futuro.

Tudo isto contribuiu para um desfecho que culminou na dissolução da Assembleia da República, com o apoio ativo do Partido Socialista e sob a iniciativa da Presidência da República. Dito isto, quando me perguntam quais foram os desafios institucionais mais marcantes desse período, diria que houve muitos, mas destaco sobretudo dois planos distintos.

Por um lado, a experiência de estar no centro da coordenação governativa, acompanhando de perto o Primeiro-Ministro em praticamente todos os dossiers relevantes. Isso permitiu-me ter uma visão global da ação governativa — não apenas na sua execução, mas também na definição de um projeto para o país. Para quem está na política com sentido de missão, esse é um momento particularmente marcante: a possibilidade de transformar ideias em ação concreta, de trabalhar com um objetivo e um “sonho” para o país. Por outro lado, recordo um episódio muito específico que ilustra bem a complexidade das relações institucionais. Refiro-me à discussão em torno da possibilidade de referendar um tratado europeu, no quadro da União Europeia.

Na altura, o PSD admitia a realização desse referendo. No entanto, a Presidência da República manifestava reservas,

receando que o voto popular pudesse refletir circunstâncias conjunturais — um voto de protesto — e não uma decisão estratégica sobre a integração europeia, como havia acontecido noutros países. Fui diretamente envolvido nesse processo, conduzindo negociações com Belém, com a Casa Civil do Presidente, no sentido de encontrar uma solução que evitasse a realização do referendo sem comprometer a posição política do Governo. Tratava-se, no fundo, de garantir que Portugal não correria o risco de rejeitar um tratado europeu por razões circunstanciais. Recordo-me, aliás, de um episódio particularmente revelador: depois de várias reuniões em Belém, participei numa conferência de líderes na Assembleia da República, onde fui acusado, por partidos à esquerda, de que o Governo não queria o referendo. A realidade era mais complexa, mas havia limites institucionais ao que podia ser dito publicamente.

Lembro-me de, ao sair dessa reunião, a minha assessora de imprensa alertar-me para essa perceção pública. E, de facto, esse é um dos momentos em que se percebe a exigência da responsabilidade política: há situações em que não é possível expor toda a verdade, porque isso colocaria em causa o equilíbrio institucional.

Nesse caso concreto, acabei por assumir o ónus político de uma decisão que, na realidade, não correspondia integralmente à posição do Governo. Mas fi-lo porque entendi que o mais importante era salvaguardar o interesse estratégico do país e evitar riscos que poderiam ter consequências duradouras.



© Descendências/Tiago Ribeiro

Enquanto advogado e observador atento do sistema judicial, tem acompanhado de perto os debates sobre o funcionamento da justiça em Portugal, um tema que há décadas suscita críticas recorrentes, quer pela morosidade processual, quer pela complexidade legislativa. Na sua opinião, quais são os bloqueios estruturais mais profundos do sistema judicial português?

A minha recente eleição e início de exercício de funções como membro do Conselho Superior da Magistratura, não me permite ser tão livre quanto sempre gosto de o ser, e demonstrar. Mas, eu diria, que o principal problema da justiça portuguesa é, sem dúvida, o tempo. O excesso de tempo. Esse é o grande bloqueio estrutural do sistema. Vivemos numa realidade em que tudo é exigido aos advogados — cumprimento rigoroso de prazos, preparação de processos, resposta atempada — enquanto, do lado do Estado, essa exigência não é equivalente. Refiro-me ao Ministério Público, aos tribunais e às instâncias de recurso, onde os prazos são frequentemente dilatados sem consequências práticas. Compreendo que,

muitas vezes, se invoque a falta de meios. Mas os advogados também enfrentam essa realidade — e, ainda assim, têm de encontrar soluções, sob pena de perderem as causas. O Ministério Público, apesar da sua dignidade constitucional, não pode funcionar com prerrogativas completamente distintas das restantes partes no processo. No fundo, também representa interesses — é, de certa forma, o advogado do Estado — e deve estar sujeito a exigências semelhantes. Não é aceitável que um advogado tenha um prazo de 20 dias e o Ministério Público possa prolongar a sua intervenção por anos. Não é razoável que um prazo de um mês, para uma parte, corresponda a um ano ou mais para outra. E isto não são casos isolados: há processos que se arrastam nas instâncias de recurso durante anos. Podemos discutir se são 10, 7 ou 5 anos — mas mesmo os cenários mais “moderados” são, por si só, inaceitáveis. Mais grave ainda é quando um processo sobe a uma instância superior, como o Supremo, e, após um longo período — um ano e meio, por exemplo — é devolvido à primeira instância por questões processuais ou de competência. Este tipo de situações mina a confiança dos cidadãos na justiça.



© Descendências/Tiago Ribeiro

Para além do tempo, há outro problema relevante: a extensão e complexidade da produção de prova. As sucessivas reformas do processo penal foram feitas, em grande medida, numa lógica garantística, reforçando os direitos de defesa — o que, em si mesmo, é legítimo e importante. Mas a questão que se coloca é: esse reforço de garantias tem contribuído para uma justiça mais eficaz?

Tenho dúvidas. Preferiria um sistema mais ágil, em que a celeridade fosse um valor central, sem prejuízo das garantias essenciais. Porque, no limite, justiça demasiado tardia deixa de ser justiça.

Casos mediáticos, como o de José Sócrates, vieram expor de forma particularmente evidente estas fragilidades. Mais do que discutir o caso em si ou as pessoas envolvidas, o que importa é retirar lições para o futuro. O sistema, tal como está, permite estratégias processuais que podem conduzir, de forma quase inevitável, à prescrição.

Na prática, quem tiver como objetivo alcançar a prescrição encontrará, com relativa facilidade, meios para o fazer — seja através de expedientes processuais, seja através da ges-

tão dos tempos e da própria dinâmica da defesa. Isto revela uma fragilidade estrutural que precisa de ser corrigida.

Por isso, a reflexão não deve centrar-se apenas no passado, mas sobretudo no futuro: que mecanismos devem ser criados para evitar que estas situações se repitam?

Há ainda um outro ponto que considero essencial: a organização interna dos tribunais. Atualmente, existem múltiplos centros de decisão, com poderes que, muitas vezes, se sobrepõem ou se equilibram de forma pouco eficiente. Isto dificulta a gestão processual e contribui para a morosidade. Neste contexto, parece-me inevitável pensar numa reforma mais profunda. Não me refiro a alterações pontuais, feitas diploma a diploma, ou a pequenas revisões de artigos. Refiro-me a uma reforma estrutural, de base, que repense o sistema como um todo.

Tradicionalmente, tenho sido crítico da ideia de pactos de regime. No entanto, neste caso específico, admito que poderia fazer sentido um entendimento alargado — um compromisso político que permitisse uma verdadeira reorganização da justiça portuguesa.



© Descendências/Tiago Ribeiro

O objetivo seria claro: rever e reestruturar os códigos fundamentais, simplificar procedimentos, clarificar competências e, acima de tudo, criar um sistema mais eficiente, mais previsível e mais célere. Porque, no final, é disso que se trata: garantir que a justiça funciona em tempo útil e que responde, de forma eficaz, às expectativas dos cidadãos.

A corrupção continua a surgir como uma das principais preocupações dos cidadãos portugueses, apesar de o país apresentar níveis relativamente moderados em comparação internacional. Na sua perspetiva, que reformas institucionais ou culturais seriam verdadeiramente transformadoras no combate à corrupção em Portugal?

O combate à corrupção resolve-se, antes de mais, através da educação. Esse é o ponto de partida essencial. Falo de educação no sentido mais amplo: educação para a cidadania, para

os valores, para a responsabilidade individual e coletiva. É fundamental criar uma cultura cívica sólida, próxima, por exemplo, do modelo dos países nórdicos, onde a formação não se limita ao conhecimento técnico, mas inclui também uma forte componente de caráter, de ética e de consciência cívica. Essa base é determinante para prevenir comportamentos desviantes. Mas a educação, por si só, não é suficiente. Há um outro fator estrutural que importa corrigir: a forma como o próprio sistema cria condições propícias à corrupção. Muitas vezes, a corrupção nasce da existência de obstáculos excessivos — de processos complexos, regras pouco claras, critérios difíceis de cumprir — que acabam por gerar um ambiente onde se “vendem facilidades”.

Ou seja, quando o sistema cria muitas dificuldades, abre espaço para que surjam soluções informais. E é precisamente nesse contexto que a corrupção se instala. Simplificar procedimentos, tornar os processos mais transparentes e re-



© Descendências/Tiago Ribeiro

duzir a margem de arbitrariedade são passos essenciais para combater esse fenómeno. Por outro lado, é igualmente importante que o sistema sancionatório seja eficaz. As penas têm de ter um efeito dissuasor real. Enquanto os indivíduos sentirem que o risco compensa — isto é, que os benefícios potenciais superam as consequências —, a corrupção continuará a existir. A penalização tem de ser suficientemente clara e exigente para criar um verdadeiro efeito de prevenção. As pessoas devem ter consciência de que a prática de atos ilícitos acarreta consequências sérias, concretas e inevitáveis. Em suma, o combate à corrupção exige uma abordagem integrada: educação para os valores, simplificação e transparência dos processos e um sistema penal eficaz, capaz de dissuadir comportamentos desviantes.

O que o motivou a nível pessoal e profissional a aceitar o cargo de Presidente da Câmara do Comércio Luso-Árabe?

Entre 1997 e 2004, até integrar o Governo, tive uma ligação próxima ao mundo das relações económicas com os países árabes. Fui convidado pelo Engenheiro Ângelo Correia, então presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Árabe, entidade à qual, curiosamente, viria mais tarde a suceder, entre 2002 e 2004, enquanto presidente da Delegação Parlamentar Portuguesa à Assembleia Parlamentar da NATO. Paralelamente, exerci funções como advogado da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, trabalhando com figuras como o Engenheiro Karim Bouabdellah, fundador da instituição, e com o próprio Ângelo Correia. Esse período permitiu-me acompanhar de perto uma fase de grande dinamismo e crescimento da Câmara, sobretudo ao longo da

década de 1990, até à minha entrada no Governo. Em setembro de 2023, fui novamente desafiado a regressar a esta área, desta vez por Luís Filipe Menezes, que me convidou para assumir funções como primeiro vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Árabe. Aceitei o desafio com a expectativa de reencontrar uma instituição semelhante àquela que tinha conhecido até 2004. No entanto, a realidade revelou-se bastante diferente. Passados quase 20 anos, a Câmara tinha sofrido alterações profundas. Aquela que, em tempos, era praticamente a única entidade com uma rede consistente de relações económicas — para além das relações institucionais de Estado — com os países árabes, tinha perdido parte da sua capacidade de influência. Essa transformação resultou de vários fatores: desde a saída de Ângelo Correia até ao natural envelhecimento de figuras-chave como Karim Bouabdellah, o que levou a uma quebra de continuidade nas relações e nos fluxos económicos e comerciais com vários países árabes. A este contexto somou-se ainda o impacto da pandemia de Covid-19, que travou significativamente o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio e o dinamismo das relações internacionais. Quando regresssei, em 2023, o objetivo foi claro: reorganizar e revitalizar a instituição. Promovemos encontros em Portugal com representantes relevantes, incluindo a União Geral das Câmaras Árabes e a Liga Árabe, procurando reativar redes de contacto e estimular novas relações económicas. No início de 2025, houve uma mudança na estrutura interna, com a saída da Secretária-Geral num processo algo conturbado e a entrada de uma nova liderança. Mais tarde, em setembro de 2025, verificou-se também a saída de Luís Filipe Menezes. Enquanto primeiro vice-presidente, assumi interinamente a condução da instituição e, posteriormente,

de forma definitiva, a presidência da CCIAP, na sequência da sua eleição para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Já nesse novo contexto, iniciámos uma estratégia mais proativa de internacionalização. Pouco tempo depois de assumir funções, organizámos uma primeira missão aos Emirados Árabes Unidos. Para 2026, tínhamos planeado um conjunto ambicioso de sete missões a países como Egito, Marrocos, Iraque, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e novamente aos Emirados. No entanto, o contexto internacional alterou-se de forma inesperada. O agravamento das tensões no Médio Oriente — envolvendo conflitos que cruzam interesses de países como Irão, Israel e os Estados Unidos — teve impacto direto na estabilidade da região e, conseqüentemente, na execução dessa estratégia. Perante esse cenário, tivemos de nos adaptar rapidamente e reinventar a forma de promover as relações económicas. Ainda que com limitações, continuamos a trabalhar na criação de pontes entre empresas portuguesas interessadas em exportar ou estabelecer parcerias e empresas dos países árabes que procuram oportunidades em Portugal. Ou seja, apesar das dificuldades e das mudanças no contexto internacional, mantemos o mesmo objetivo de sempre: fomentar o contacto, a cooperação e o desenvolvimento de relações económicas sustentadas entre Portugal e o mundo árabe.

A relação entre política e comunicação transformou-se profundamente nas últimas duas décadas, com o surgimento das redes sociais, a aceleração dos ciclos mediáticos e a crescente personalização da política. Do seu ponto de vista, esta nova realidade contribuiu para enriquecer o debate democrático ou, pelo contrário, para o tornar mais superficial e emotivo?

Eu diria que esta transformação da relação entre política e comunicação tem um efeito duplo: tanto contribuiu para enriquecer o debate democrático, como, em certos momentos, o

pode desvirtuar. Torna-o mais aberto e acessível, mas também, por vezes, menos rigoroso e menos exigente.

Se recuarmos um pouco no tempo, à própria Grécia Antiga, percebemos que a participação política se fazia essencialmente através da intervenção direta nos espaços de debate — nos fóruns — onde os cidadãos eram avaliados pela sua capacidade de argumentação e pela qualidade do seu discurso. Durante muitos séculos, a política manteve essa matriz. Também em Portugal, em momentos específicos, ou determinantes da nossa História, mas depois, quer no final da monarquia, quer durante a Primeira República, existia uma forte tradição de oratória parlamentar. Havia figuras que se afirmavam pela sua capacidade de intervenção, pelo domínio da palavra e pela construção do pensamento em espaço público. Mais tarde, com a evolução dos meios de comunicação, assistimos a uma mudança significativa: a política passou a fazer-se cada vez mais através da mediação dos jornais e da televisão. A presença mediática tornou-se central. De certo modo, quem não tinha espaço na comunicação social deixava de existir politicamente. Durante muito tempo, esse foi o modelo dominante: a relevância política construía-se, em grande medida, a partir da visibilidade mediática. Casos como os de José Sócrates ou Marcelo Rebelo de Sousa ilustram bem essa transição, em que a exposição pública através dos meios de comunicação desempenhou um papel determinante na afirmação política. Hoje, estamos a viver uma nova transformação. O espaço que antes era ocupado pelos jornais e pela televisão está, em grande medida, a ser substituído pelas redes sociais. A lógica mantém-se — a necessidade de visibilidade e de presença pública —, mas o meio mudou. A questão que se coloca é saber se esta mudança é estruturalmente diferente das anteriores. E, sinceramente, não estou certo de que seja. Ao longo da história, a política sempre se adaptou aos meios disponíveis para comunicar com os cidadãos. O que talvez tenha mudado de forma mais relevante é o





© Descendências/Tiago Ribeiro

grau de controlo e de filtragem da informação. No passado, existiam mecanismos editoriais mais claros. Um diretor de jornal, por exemplo, exercia um papel de mediação, de seleção e, muitas vezes, de responsabilidade sobre o que era publicado. Hoje, esse filtro é muito mais ténue. As redes sociais permitem uma circulação quase imediata da informação, sem os mesmos níveis de verificação ou de responsabilidade editorial. E isso abre espaço a um fenómeno novo — ou, pelo menos, mais intensificado: a facilidade com que a informação pode ser distorcida ou manipulada. Se, no passado, a publicação de determinados conteúdos implicava um processo de validação e uma responsabilidade institucional, hoje as únicas limitações são, muitas vezes, as regras das próprias plataformas — o que é, claramente, um modelo diferente e com desafios próprios. Em suma, esta evolução trouxe mais democratização do acesso à palavra e ao espaço público, mas também introduziu novos riscos, nomeadamente ao nível da qualidade do debate e da fiabilidade da informação.

Depois de uma longa trajetória política associada ao espaço do Partido Social Democrata, a sua aproximação recente ao projeto político liderado por André Ventura tem sido vista por muitos observadores como um sinal das transformações que atravessam a direita portuguesa. O que o levou a dar esse passo após tantos anos de ligação a outro espaço político?

Na minha perspetiva, o Partido Social Democrata encontra-se hoje esgotado. E está esgotado por uma razão essencial: deixou de ser um espaço de representação direta das ideias e das expectativas dos portugueses para passar a funcionar, em grande medida, como uma agregação de interesses organizados — aquilo a que chamo “sindicatos de voto”.

Ou seja, o partido transformou-se numa estrutura onde diferentes grupos internos procuram afirmar o seu peso relativo, sendo a liderança frequentemente condicionada pela capacidade de gerir esses equilíbrios. O resultado é um partido menos livre, menos aberto ao debate e mais condicionado por lógicas internas de poder.

Foi precisamente essa perceção que me levou, em 2009, a afastar-me. Na altura, quando Manuela Ferreira Leite assumiu a liderança, entendi que o PSD deixava de ser um espaço de verdadeira liberdade política para passar a ser um espaço de condicionamento interno, dominado por essas estruturas organizadas. Coincidentemente, foi também nesse período que aceitei o desafio de integrar a direção do Sport Lisboa e Benfica, afastando-me da vida partidária ativa.

Desde então, o partido, na minha leitura, acentuou essa tendência. Tornou-se uma espécie de soma de estruturas locais e de influências internas, que se articulam entre si — ora para ganhar, ora para perder eleições — em função de alinhamentos conjunturais, mais do que de um projeto político claro e mobilizador. No que diz respeito à minha aproximação ao

Chega, ela deve também ser entendida à luz desta evolução. Se recuarmos às eleições internas do PSD que opuseram Luís Montenegro a Jorge Moreira da Silva, verificamos que havia posições distintas relativamente ao Chega. Jorge Moreira da Silva defendia claramente linhas vermelhas, enquanto Luís Montenegro deixava espaço para uma eventual aproximação. No entanto, essa posição alterou-se posteriormente, o que, na minha opinião, não pode ser desligado do contexto europeu. Existe uma pressão significativa, por parte das instituições e dinâmicas políticas europeias, no sentido de limitar o acesso ao poder de partidos posicionados mais à direita, como se pode constatar, recentemente, em países como a Hungria ou a Eslováquia. Essa pressão acaba, inevitavelmente, por influenciar os posicionamentos internos.

Mas há um outro fator que considero determinante: a liderança. A política é, em larga medida, feita de capacidade de mobilização, de comunicação e de identificação com o eleitorado. E, nesse plano, André Ventura tem revelado uma eficácia que outros líderes não conseguiram igualar.

Independentemente de concordâncias ou discordâncias, da opinião publicada, ou do posicionamento de muitos profissionais, ou comentadores da Comunicação social, há um facto político relevante: muitas pessoas identificam-se com o seu discurso e sentem-se mobilizadas por ele. E isso faz a diferença. A capacidade de gerar emoção, de criar ligação com o eleitorado e de afirmar uma narrativa clara é hoje um elemento central da política.

Podemos discordar do estilo, das ideias ou da forma, mas não podemos ignorar esse fenómeno. A política, como qualquer outro espaço, não tolera o vazio — e quando surge uma liderança capaz de o preencher, tende a afirmar-se.

Na minha leitura, estamos perante uma transformação inevitável do sistema político português. Podemos tentar resistir a essa mudança, mas dificilmente a conseguiremos travar. As dinâmicas sociais e políticas acabam sempre por encontrar o seu caminho. Quanto à minha decisão pessoal, ela não resulta de interesses ou de uma mudança súbita de convicções. As minhas convicções são, no essencial, as mesmas: a vontade de contribuir para a mudança do país. Quando era mais novo, acreditava que a minha geração poderia mudar o mundo. Hoje, vejo esta fase como uma última oportunidade de contribuir, de forma ativa, para essa transformação. Não gostaria, no futuro, de olhar para trás — ou de ouvir as gerações seguintes — e sentir que não fiz tudo o que estava ao meu alcance. Vejo este momento como uma segunda oportunidade para a minha geração intervir e deixar uma marca. E, olhando para o panorama atual, entendo que essa possibilidade de mudança está, em grande medida, associada à liderança de André Ventura. Considero que, neste momento, não existe

em Portugal outro líder com a mesma combinação de capacidade de intervenção, disponibilidade, carisma e vontade política. Isso não significa que não venham a surgir outros — a política está sempre em movimento — mas, no presente, é essa a realidade que identifico.

Depois de tantos anos de intervenção pública, é inevitável que exista também uma dimensão pessoal na forma como se olha para o percurso feito, com conquistas, divergências e momentos de reflexão. Se tivesse de identificar um momento particularmente definidor da sua vida pública, qual seria e porquê?

Se tiver de identificar um momento verdadeiramente definidor da minha vida pública, diria que foi a minha adesão ao Partido Social Democrata, em março de 1977. Foi aí que, de forma consciente, defini o meu caminho e o meu modelo de intervenção política. A partir desse momento, tudo se estruturou em função dessa escolha. E, se tiver de apontar uma figura inspiradora, essa referência é, sem dúvida, Francisco Sá Carneiro. Foi por causa dele que entrei no partido, foi sob a sua influência que tive o meu primeiro combate político ainda em 1977, e foi também essa inspiração que me levou a participar, mais tarde, em momentos importantes, como os debates em torno da revisão constitucional, entre outros.

Essa ligação a Francisco Sá Carneiro não foi apenas circunstancial — foi estruturante. Marcou profundamente a minha forma de estar na política e condicionou, ao longo de décadas, os meus alinhamentos e as minhas opções partidárias, também pela proximidade com Conceição Monteiro, a única pessoa que me fez adiar durante mais de um ano a minha saída do PSD. Depois, ainda, todo um percurso político, aliçado igualmente numa enorme amizade, ao lado de Pedro Santana Lopes, que os interesses trataram de impedir que ganhasse umas eleições legislativas e, com isso, pudesse governar Portugal durante anos e deixar, de forma visível a sua marca pessoal no país.

Aliás, essas referências continuam presentes até hoje, inclusive nas escolhas mais recentes que fiz. Sei que o que vou dizer pode não ser consensual, sobretudo entre aqueles que conviveram mais de perto com Francisco Sá Carneiro, mas, olhando para os últimos 50 anos da política portuguesa, considero que a figura que mais se aproxima, em certos traços, dessa matriz, é André Ventura.

Refiro-me, sobretudo, a aspetos como a forma de entrada na política, a capacidade de mobilização, o confronto com o sistema instalado e também o tipo de contestação de que foram alvo. Tal como aconteceu com Sá Carneiro no seu tempo, também André Ventura tem sido alvo de críticas intensas, de



© Descendências/Tiago Ribeiro

rotulagens ideológicas e de forte exposição mediática. Naturalmente, os contextos são diferentes, mas há paralelismos que, do meu ponto de vista, são relevantes para compreender o meu percurso e as minhas opções.

Para terminar, gostaria de lhe pedir um olhar mais amplo sobre o país, quase como um exercício de síntese de quem acompanhou várias décadas da vida política portuguesa. Quando pensa no Portugal de hoje, nas suas instituições, na sua sociedade e na sua posição no mundo, sente mais razões para confiança ou para inquietação quanto ao futuro?

Diria que, quando penso no país, o sentimento predominante é de inquietação. Se olharmos para a história de Portugal numa perspetiva longa, percebemos que, nos momentos decisivos, o país foi, na maioria das vezes, capaz de alinhar as suas opções estratégicas com aquilo que eram os seus interesses nacionais.

Mesmo quando errou — seja no contexto de grandes conflitos europeus ou em momentos de menor clareza estratégica — acabou, regra geral, por corrigir o rumo. Ao longo de quase nove séculos de história, essa capacidade de ajustamento foi determinante para a sobrevivência e afirmação do país. Portugal soube, em momentos críticos, identificar o caminho e reposicionar-se. Aquilo que me preocupa hoje é saber se essa

capacidade se mantém intacta. Ou seja, se as lideranças atuais — e as que se seguirão — terão a mesma clareza estratégica, a mesma convicção e a mesma dimensão para tomar decisões estruturantes. O risco que identifico é precisamente o contrário: a possibilidade de se optar pela facilidade, de se privilegiar o imediato em detrimento do estrutural, de se perder a noção de longo prazo. O que não devemos nunca esquecer, é que Portugal, mais do que um país europeu, é uma nação que deve a sua existência à sua perspetiva atlântica. Isso nunca o devemos esquecer.

Há uma ideia frequentemente atribuída a Winston Churchill que me parece particularmente relevante: as nações não têm aliados permanentes, têm interesses permanentes. É essa consciência que deve orientar as decisões estratégicas de um país. O que me inquieta é a possibilidade de essa distinção se esbater. Quando interesses permanentes são confundidos com interesses conjunturais, quando decisões estruturais são tomadas com base em circunstâncias passageiras, o risco de erro aumenta significativamente.

Em suma, mais do que uma preocupação com o presente imediato, é uma inquietação com a capacidade de visão estratégica das lideranças.

Porque, no fundo, é essa capacidade que tem permitido a Portugal, ao longo da sua história, manter-se fiel a um caminho — mesmo quando, pontualmente, se desvia dele.



| DIPLOMACIA

Uma História Com Holandeses

Em Setembro de 1988 fui, como de costume, com o Ministro Deus Pinheiro à abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Como queríamos que no discurso dos Doze, que Andreas Papandreou, como Presidente das Comunidades Europeias, iria proferir no dia seguinte, fosse incluída uma menção a Timor Leste, o Rui Quartim Santos, que tinha em mãos

esse processo, veio connosco, tendo escrito uma frase, cuidadosamente redigida, por forma a não criar, em princípio, grandes problemas aos nossos parceiros. Como havia tempo para a reunião comunitária convocada para aprovar o texto do discurso ainda fui ver um filme que acabara de se estrear em Nova Iorque e de que gostei muito.

Refiro-me a “The Unbearable Lightness of Being”, com Daniel Day-Lewis, Juliette Binoche e Lena Olin, de que gostei muito. A primavera de Praga vista de uma maneira original.

À hora marcada lá estava eu na Delegação da Grécia. O texto preparado pelos gregos foi acrescentado com alguns parágrafos introduzidos por outros parceiros. Mas o texto que eu apresentei provocou um silêncio apenas quebrado por um “niet” vigoroso do representante holandês, Adriaan Szeged, se bem me lembro do nome. A explicação dada foi a das relações muito estreitas com a Indonésia. Perguntei então aos outros se tinham, por eles, qualquer objecção ao meu texto. Todos disseram que não, mas que compreendiam as razões de Haia. E eu voltei a insistir: “No caso dessa reticência dos Países Baixos, por algum motivo for retirada, a frase passa?” E todos voltaram a dizer que sim, incluindo o inglês que eu sabia que estava muito confortável com a atitude dos holandeses, que assim, o dispensava de gastar um cartucho que mais tarde lhe poderia ser útil.

Voltei para o hotel e contei ao Ministro o sucedido. O Rui Quartim prontificou-se para apresentar outra versão do papel, mas era evidente que qualquer que fosse o papel os holandeses não iriam mudar.

E então, eu sugeri que o Ministro contactasse pessoalmente o seu colega dos Países Baixos, Hans Van den Broek, que eu considerava um tipo decente (que mais tarde me veio a convidar quando Comissário, para ocupar o cargo de Director para a Política Externa, que recusei).

Eu sabia que nessa noite, o Presidente Reagan convidava para jantar todos os Chefes de Delegação presentes em Nova Iorque naquele dia, e achei que tinha que ser ali que havia que procurar uma resolução para o problema. A questão era que cada convidado se podia apenas fazer acompanhar por um segurança. “Mas isso não tem importância nenhuma”, comentou o Ministro, “Manel tu vens como segurança.”

E assim foi. Entrámos e eu juntei-me aos seguranças, enquanto João de Deus Pinheiro abordava o seu colega Van den Broek que já se encontrava na sala. Eu, do local onde estava, vi que ele puxou dum papel e lhe mostrou. O holandês olhou para o papel enquanto o nosso Ministro lhe dizia umas palavras que o convenceram, porque passados dois minutos, se tanto, Van den Broek sacou da caneta, escreveu algo no papel, e devolveu-o. Por um sinal a chamar-me, percebi que tudo tinha corrido bem e aproximei-me, agarrei o papel e voltei para o hotel. Telefonei para o representante dos Países Baixos e disse-lhe triunfante: “Adriaan, se estás em pé senta-te, porque o meu papel passou.”

Cerca de uma hora depois, o incrédulo holandês pegou no papel que lhe entreguei onde se lia, em letra bem desenhada: “OKAY. Van den Broek.”

No dia seguinte, o Primeiro Ministro grego, Andreas Papan-dreou, leu o discurso das Comunidades Europeias, onde figurava o texto sobre Timor, que embora não tenha produzido o menor efeito, a nós, especialmente ao Rui Quartim Santos, deu uma enorme satisfação.



Manuel Barreiros
Embaixador jubilado

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Comunidades Portuguesas

Participação, Representação e Influência no Mundo



Durante décadas, as comunidades portuguesas no estrangeiro foram frequentemente associadas apenas à emigração económica, à saudade e à preservação das tradições. No entanto, essa visão tornou-se claramente limitada perante a realidade atual da diáspora portuguesa. Hoje, os portu-

gueses espalhados pelo mundo representam uma força social, cultural e política com crescente relevância nos países de acolhimento e um importante instrumento de projeção internacional de Portugal. Neste contexto, o Conselho das Comunidades Portuguesas assume uma responsabilidade

fundamental enquanto órgão consultivo do Estado português para as questões da diáspora. O CCP deve afirmar-se não apenas como um espaço de representação simbólica, mas como uma estrutura ativa de intervenção política, capaz de aproximar as instituições portuguesas das realidades concretas vividas pelas comunidades emigrantes.

Enquanto coordenadora da Comissão Temática do Ensino de Português no Estrangeiro, Cultura, Associativismo e Comunicação Social, tenho acompanhado de perto os desafios que hoje se colocam às nossas comunidades. E esses desafios estão profundamente interligados. Não é possível falar da preservação da identidade portuguesa sem falar da língua, da cultura, do associativismo, da comunicação social e da participação cívica e política.

O ensino de português no estrangeiro continua a ser uma questão estratégica. A língua portuguesa não representa apenas um património cultural; representa também identidade, ligação afetiva, memória coletiva e influência internacional. Defender o ensino de português fora de Portugal é garantir que as futuras gerações continuam ligadas às suas raízes e à cultura portuguesa, independentemente do país onde nasceram ou vivem.

Mas a preservação da identidade não depende apenas da escola. O movimento associativo português continua a desempenhar um papel essencial na vida das comunidades. Durante décadas, as associações portuguesas foram espaços de encontro, solidariedade, integração e preservação cultural. Foram verdadeiros pilares comunitários que ajudaram milhares de emigrantes a manter uma ligação viva a Portugal.

Hoje, porém, o associativismo enfrenta novos desafios: a renovação geracional, a necessidade de adaptação às novas formas de participação cívica e a falta de apoios consistentes que permitam garantir a continuidade do seu trabalho. É precisamente aqui que surge outra dimensão fundamental: a comunicação social das comunidades portuguesas.

Os meios de comunicação social comunitários, tais como jornais, rádios, televisões locais e plataformas digitais, desempenham um papel indispensável na ligação entre os portugueses espalhados pelo mundo. São estes meios que

acompanham o quotidiano das comunidades, divulgam iniciativas, esclarecem direitos, promovem debates e mantêm viva a proximidade entre os emigrantes, Portugal e os países de acolhimento.

Num tempo marcado pela velocidade da informação, pela desinformação e pelo afastamento crescente entre cidadãos e instituições, torna-se ainda mais importante apoiar e valorizar a comunicação social comunitária. Informar é aproximar. Informar é integrar. Informar é também fortalecer a participação democrática.

Infelizmente, muitos destes órgãos sobrevivem com enormes dificuldades financeiras e com reduzido apoio institucional, apesar do serviço público e comunitário que prestam diariamente. Se queremos comunidades mais informadas, mais participativas e mais ligadas a Portugal, então é indispensável investir mais nos meios de comunicação social dirigidos às comunidades portuguesas no estrangeiro.

Porque uma comunidade bem informada é também uma comunidade mais consciente dos seus direitos, mais mobilizada e mais preparada para participar na vida pública.

E é precisamente essa participação política que hoje marca uma nova etapa na evolução das comunidades portuguesas. Os portugueses emigrantes deixaram há muito de ser apenas observadores da vida política dos países onde residem. Cada vez mais portugueses e lusodescendentes ocupam cargos políticos, participam em autarquias, parlamentos, executivos locais, sindicatos e diversas estruturas de decisão. O exemplo recente do Reino Unido é particularmente significativo. Nas eleições regionais e municipais realizadas no passado dia 7 de maio, mais de duas dezenas de candidatos portugueses e lusodescendentes concorreram em diferentes municípios britânicos, representando vários partidos políticos. Muitos deles foram eleitos, demonstrando uma presença política portuguesa cada vez mais visível e relevante.

Mais importante do que os resultados eleitorais individuais é o significado político deste momento. Esta participação demonstra que as comunidades portuguesas estão mais integradas, mais organizadas e mais conscientes da importância de ocupar espaços de decisão.



Num contexto internacional cada vez mais complexo, marcado pelo crescimento de discursos populistas, anti-imigração e extremistas, a presença de portugueses e lusodescendentes na política local assume uma importância ainda maior. Participar politicamente significa defender os interesses das comunidades, combater preconceitos, promover inclusão e contribuir ativamente para a construção das sociedades onde vivemos.

Mas significa também afirmar Portugal além-fronteiras. As novas gerações de lusodescendentes devem sentir que podem participar plenamente na vida política dos países de acolhimento sem perder a sua identidade cultural portuguesa. Pelo contrário: essa dupla pertença cultural constitui hoje uma riqueza social e uma vantagem estratégica. Portugal precisa igualmente de olhar para a diáspora com

maior visão política e estratégica. As comunidades portuguesas não podem continuar a ser lembradas apenas em períodos eleitorais ou em momentos protocolares.

Precisam de políticas públicas consistentes, maior proximidade institucional, reforço do ensino de português, apoio ao associativismo e valorização da comunicação social comunitária.

Porque o futuro das comunidades portuguesas será inevitavelmente mais político, mais participativo e mais influente. E esse futuro constrói-se precisamente através da ligação entre língua, cultura, informação, associativismo e participação cívica. São estas dimensões, quando trabalhadas em conjunto, que permitem fortalecer comunidades mais unidas, mais representadas e mais preparadas para continuar a afirmar Portugal no mundo.



Sandra Mano

Conselheira das Comunidades Portuguesas

Obras de Capa 7 anos

A promover arte, artistas, escritores e a língua portuguesa

Carlos Farinha
Ismaël Sequeira
Erika Jâmece
Sónia Aniceto
João Timane
Marcelo Panguana
Cristina Troufa
Pedro Almeida Maia
Michael de Brito
Marina Carreira

Somos milhões Somos aild

A I L D . P T

A large crowd of people is walking on a grid of paths that recede into the distance. The scene is captured from a high angle, looking down at the people. The paths are light-colored and create a strong sense of perspective. The people are silhouetted against the light background, and their shadows are cast on the paths. The overall color palette is a monochromatic teal or cyan. In the center of the image, the text 'A I L D . P T' is overlaid in a white, sans-serif font. The letters are spaced out and appear to be floating above the crowd.

DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE

S U P L E M E N T O





© Descendências/Vera Bondar

Fórum Portugal Nação Global

1.^a Edição | 29–30 de abril de 2026
Centro Cultural de Belém, Lisboa

Enquadramento e Conceito

O Fórum Portugal Nação Global é uma iniciativa promovida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Gabinete da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, em parceria com a Fundação AEP. A 1.^a edição realizou-se nos dias 29 e 30 de abril de 2026, no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa. A iniciativa assume-se como uma plataforma intergovernamental e económica de carácter permanente, com articulação multinível entre o Governo da República, os Governos das Regiões Autónomas, as Áreas Metropolita-

nas, as Comunidades Intermunicipais e os Municípios. Conta com o Banco Português de Fomento como parceiro estratégico e tem a AICEP integrada na sua Comissão Executiva. O mote do evento foi: “Conhecer, Conectar, Capacitar”. O nome “Portugal Nação Global” fundamenta-se na ideia de que Portugal não se limita aos seus 92.000 km² e 10,5 milhões de habitantes no continente europeu, mas abrange uma extensa rede de portugueses e lusodescendentes espalhados pelo mundo — estimados em 5 milhões de emigrantes e até 20 a 23 milhões de lusodescendentes que mantêm sentimento de pertença ao país.



© Descendências/Vera Bondar

Participação e Dimensão

O evento superou as expectativas iniciais, registando:

- 803 participantes credenciados + aproximadamente 200 não credenciados
- 189 empresas da diáspora, provenientes de cinco continentes e 43 países
- 200 empresas nacionais (254 no total de registos)
- 266 representantes de instituições públicas e associativas
- 200 reuniões de negócios realizadas, envolvendo mais de 400 pessoas inscritas
- Participação de cerca de 12 câmaras de comércio e mais de 20 entidades supramunicipais
- 98 empresas nacionais a procurar investimento externo; 99 empresas da diáspora com intenção declarada de investir em Portugal

A organização optou deliberadamente por não financiar as viagens e estadias das empresas da diáspora, o que o Secretário de Estado interpretou como sinal de comprometimento genuíno:

os participantes suportaram os custos próprios, reforçando a seriedade das suas intenções de negócio.

Estrutura do Programa

DIA 1 — Quarta-feira, 29 de abril de 2026

Sessão de Abertura (09h00–11h00)

A sessão de abertura decorreu no Grande Auditório do CCB e integrou:

- Momento cultural de boas-vindas
- Apresentação do conceito “Portugal Nação Global”
- Intervenções institucionais de:

o Emídio Sousa, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

o Luís Miguel Ribeiro, Presidente da Fundação AEP

o Gonçalo Regalado, CEO do Banco Português de Fomento

o Luís Montenegro, Primeiro-Ministro de Portugal

Emídio Sousa abriu o tom do encontro sublinhando que os presentes não estavam ali como meros espetadores: “As pessoas inscreveram-se, mas não vieram cá para assistir. As pessoas inscreveram-se e vieram cá para participar.”

Luís Montenegro deu o tom político e económico do fórum, reforçando que Portugal pretende mobilizar a diáspora como parceiro estratégico, não apenas como referência identitária: “Nós queremos que todos aqueles que vieram ao Fórum ‘Por-



© Descendências/Vera Bondar



© Descendências/Vera Bondar

tugal Nação Global' e, através deles, aqueles que se encontram espalhados pelo mundo, que são portugueses, possam olhar para Portugal, possam investir em Portugal, possam ser agentes ativos de parcerias, de investimentos em Portugal ou investimentos portugueses espalhados pelo mundo.” O Primeiro-Ministro destacou ainda o desempenho macroeconómico do país: “Se tudo correr dentro daquilo que está previsto, em 2026, e apesar de todas as incertezas, todas as adversidades, será mais um ano onde Portugal crescerá mais do que a média da União Europeia.”

Montenegro chamou também a atenção para a competitividade energética: “Neste momento, já somos, na Europa, um país que apresenta os custos de energia mais baixos. Devo destacar este ponto porque, há alguns anos, este era um fator em desfavor da nossa competitividade. Portugal é hoje altamente competitivo do ponto de vista energético.”

O Primeiro-Ministro caracterizou os portugueses espalhados por 178 países como “embaixadores não apenas da nossa cultura, das nossas tradições, mas embaixadores da nossa vontade empreendedora, da nossa capacidade de transformação, da nossa capacidade de estarmos na vanguarda dos projetos que alimentam o desenvolvimento humano e o desenvolvimento cultural”.

Sessão Plenária — “Casos de Sucesso da Diáspora”

Um dos momentos mais simbólicos do primeiro dia foi o painel de testemunhos de empresários portugueses com projeção global. Foram apresentados três casos:

- Jorge Viegas — Presidente da Federação Internacional de Motociclismo (FIM), sediada na Suíça
 - António Pargana — Presidente da Cisa Trading e fundador da Fundação António Pargana, sediado no Brasil
 - Luísa Buinhas — Cofundadora e Chief Program Officer da Vyoma GmbH, sediada na Alemanha
- António Pargana, radicado no Brasil desde 1976 com percurso em comércio externo, energia e infraestruturas portuárias, apresentou o trabalho da sua Fundação para aproximar as novas gerações de lusodescendentes a Portugal: “Eu tenho visto, ao longo da minha vida, um gradual afastamento, por razões naturais, dos filhos e netos dos portugueses que foram para o Brasil, que eles não sabem o que é o Portugal de hoje.” Pargana referiu ainda o enorme potencial que representa a diáspora jovem: “Nós estimamos que há mais de 10 milhões de lusodescendentes entre os 20 e os 35 anos, espalhados pelo mundo”, acrescentando que no Brasil deverão existir “uns cinco milhões”. Citou também números da atratividade de Portugal: 140 mil estudantes estrangeiros frequentam escolas e universidades no país, incluindo 40 mil lusodescendentes. A Fundação António Pargana desenvolve programas académicos em parceria com a Universidade de Évora, a Universidade de Tecnologia do Porto e a Universidade Católica Portuguesa, que incluem história, geografia, funcionamento das instituições e eventualmente estágios: “São programas nos quais se vai mostrar história, geografia, funcionamento das instituições políticas e governamentais de Portugal, as suas empresas e também, eventualmente, até estágios.” Sobre o Fórum em si, Pargana reconheceu o seu valor estra-

tégico: “Acho que este ‘Portugal Nação Global’ é muito bom no sentido de dizer: ‘olha, há um trabalho a ser feito, querem-se associar a isso?’ Então esse é o objetivo.”

Sessões Paralelas da Manhã

Em paralelo com a plenária principal, decorreram no primeiro dia várias sessões temáticas simultâneas:

Parques Empresariais e Ecossistemas de Inovação Sessão orientada para a apresentação das condições oferecidas por parques industriais e tecnológicos portugueses a investidores da diáspora. Entidades como o Taguspark e o IAPMEI tiveram papel de destaque, bem como o Grupo Amorim, num esforço de aproximação entre o tecido empresarial nacional e as redes internacionais de portugueses.

Diplomacia Económica Municipal — Estratégias de Atração de Investimento Sessão dedicada ao papel das autarquias locais como agentes ativos de captação de investimento e talento. Múltiplos municípios realizaram microapresentações institucionais (formato pitch) para se posicionarem como destinos de investimento junto dos empresários da diáspora.

Mapa de Oportunidades em Portugal e no Mundo Sessão realizada no Grande Auditório, orientada para a identificação de setores estratégicos de crescimento e geografias prioritárias para o investimento, reunindo líderes institucionais e empresariais.

Sessões Paralelas da Tarde (Dia 1)

Lusofonia como Acelerador da Internacionalização Um dos painéis mais debatidos do fórum. A investigadora madei-

rense Isabel Gouveia, doutoranda em Estudos Globais pela Universidade Aberta, destacou o impacto desta sessão: “A análise da diáspora lusófona contribuiu de forma significativa para a compreensão das diversas formas da globalização.” A sessão sublinhou que a língua portuguesa constitui um veículo de memória e identidade que permite a circulação de ideias, bens culturais e práticas sociais nas dinâmicas contemporâneas.

Diáspora Científica — A “Nova Vaga Portuguesa” Painel dedicado ao contributo de investigadores e académicos portugueses em centros internacionais de excelência. O painel reforçou que “a diáspora científica não deve ser vista como um recurso, mas como um ativo estratégico e parceiro”, com cientistas portugueses a desejar contribuir para o país de forma estruturada e continuada. Foi referida a organização pan-europeia Native Scientists como exemplo de articulação da diáspora científica.

Preparação das Empresas para Investimento Externo e Estratégias de Expansão Global Sessões práticas orientada para as empresas nacionais que pretendem internacionalizar, abordando estratégias de expansão, gestão de risco e competitividade global.

Sessões de Pitch — Apresentação de Territórios a Investidores Blocos de apresentações rápidas onde municípios e regiões portuguesas apresentaram diretamente projetos e oportunidades a investidores e empresários da diáspora. As entidades supramunicipais e as câmaras de comércio tiveram também stands de exposição nas salas de receção do CCB.

Demonstrações Tecnológicas O espaço do fórum acolheu demonstrações tecnológicas inovadoras, nomeadamente a presença de robôs autónomos da Elything e da Elypharma





© Descendências/Vera Bondar

— equipamentos de limpeza, logística e interação pública. Fernando Couto, responsável pelo desenvolvimento de negócio internacional das duas empresas, explicou o propósito: “O objetivo da nossa participação no fórum era conseguir demonstrar fisicamente aos empresários presentes que a robótica pode estar mais presente de uma forma mais simples e mais fácil e desmistificando aqui aquilo que existe um bocadinho no mercado, que é a robótica vir retirar valências às pessoas; não, é um complemento de pessoas.”

DIA 2 — Quinta-feira, 30 de abril de 2026

Sessão Plenária de Abertura — “Comunidades, Economia e Territórios”

O segundo dia abriu com uma sessão plenária de forte dimensão política e institucional, com a participação de:

- Emídio Sousa, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
- João Rui Ferreira, Secretário de Estado da Economia
- Silvério Regalado, Secretário de Estado das Autarquias Locais e Ordenamento do Território

Esta sessão centrou-se na articulação entre as comunidades portuguesas no estrangeiro, o desenvolvimento económico nacional e a valorização territorial. Explorou o papel dos territórios — regiões, municípios e comunidades intermuni-

cipais — como parceiros estratégicos na captação de investimento da diáspora, e a coerência necessária entre as políticas nacionais e a realidade das comunidades no exterior.

Reuniões Empresariais B2B

O segundo dia foi fortemente orientado para a componente operacional: reuniões bilaterais diretas entre empresas nacionais, investidores da diáspora e representantes de municípios e entidades públicas. No total, realizaram-se 200 reuniões de negócios, envolvendo mais de 400 participantes inscritos — um resultado que ficou acima dos 415 encontros bilaterais confirmados na fase de pré-registo.

Sessão Temática — “Desburocratização, Regulamentação e Acordos Comerciais Internacionais”

Este painel abordou os desafios estruturais ao investimento: processos administrativos ainda complexos, enquadramento regulatório e o potencial dos grandes acordos comerciais internacionais (como o CETA ou o acordo UE-Mercosul) como alavancas de competitividade para os investidores da diáspora. O debate revelou consenso sobre a necessidade de simplificação burocrática como condição de atratividade.

Sessão Temática — “Medidas de Apoio ao Investimento e Instrumentos Financeiros”

Sessão no Grande Auditório com participação de responsáveis de entidades públicas e financeiras, incluindo:

- Compete 2030 (fundos europeus de competitividade)
- Banco Português de Fomento
- Camões, I.P.
- Representação portuguesa no programa Global Gateway (investimento da UE nos países parceiros)

A sessão apresentou o universo de apoios disponíveis para empresas da diáspora que pretendam investir em Portugal ou para empresas nacionais que procurem parceiros externos.

Sessão Plenária Final — “2026 e Além: Oportunidades para Portugal Global”

Um dos momentos mais aguardados do segundo dia, reunindo figuras de destaque do setor empresarial e institucional para uma reflexão prospetiva sobre o posicionamento estratégico de Portugal no contexto internacional. Participaram:

- António Horta-Osório — gestor de referência internacional
- António Calçada de Sá — Conselho da Diáspora Portuguesa
- Paulo Rangel — Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

A sessão centrou-se nas estratégias de posicionamento de Portugal como hub de investimento, na valorização da marca

-país e no papel da diáspora na captação de capital e na criação de redes de influência global.

Sessão de Encerramento

O encerramento formal decorreu no Grande Auditório do CCB e integrou:

- Atuação de guitarra portuguesa por Mafalda Lemos — momento cultural que abriu a cerimónia
- Luís Miguel Ribeiro (Presidente da Fundação AEP) — com mensagem de confiança: “somos capazes de fazer mais e de fazer melhor”

• Emídio Sousa (Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas) — apresentação dos resultados e anúncio de continuidade

• Paulo Rangel (Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros) — encerramento político

Emídio Sousa apresentou os números finais e anunciou a continuidade da plataforma: “Este é o primeiro passo” e “a plataforma vai ser permanente, não vai terminar aqui, vai continuar”, acrescentando que “o jogo só agora é que está a começar”. Sobre o impacto do evento: “Estamos a marcar um momento na nossa história em que nos vamos relacionar de uma maneira completamente diferente.”

Paulo Rangel aprofundou o significado do conceito central do fórum: “Quando nós usamos a dimensão global, estamos a dizer que é um Portugal a 360 graus”, integrando não só





© Descendências/Vera Bondar

a presença física no mundo, mas também “a dimensão digital” que molda cada vez mais a relação entre Portugal e a sua diáspora. Defendeu uma relação económica assente na complementaridade entre Portugal e os portugueses no estrangeiro.

Plataforma Digital — Rede Global da Diáspora

Em paralelo com o evento presencial, foi apresentada e ativada a plataforma digital “Portugal nação Global”. A plataforma permite:

- Registo de perfis empresariais
- Identificação de oportunidades de investimento
- Agendamento de reuniões B2B
- Acompanhamento de projetos ao longo do ano

Esta ferramenta garante continuidade às relações iniciadas no evento presencial, transformando o fórum num ponto de partida e não num evento isolado.

Participação Territorial — Municípios e Regiões

A dimensão territorial foi um eixo estruturante do fórum. Entre as entidades territoriais presentes:

- CIM do Alto Minho, representada pelo presidente António Barbosa, que destacou a participação como “uma oportunidade para reforçar a ligação do território a redes de investimento, conhecimento e inovação, bem como para aprofundar pontes com a diáspora, afirmando um Alto Minho mais aberto, competitivo e atrativo.”
- Câmara de Comércio da Região das Beiras (CCRB), representada pela presidente Ana Correia, que descreveu o evento como um “espaço estratégico de ligação entre empresas,

universidades e diáspora” e defendeu que futuras edições do fórum possam ser acolhidas na região Centro, que abrange mais de uma centena de municípios.

- Associação Nacional dos Municípios Portugueses e dezenas de autarquias locais que realizaram apresentações em formato pitch no palco principal e mantiveram stands de exposição.

Parceiros e Entidades Envolvidas

Promotores: Ministério dos Negócios Estrangeiros / Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas + Fundação AEP
Parceiro Estratégico: Banco Português de Fomento
Comissão Executiva: AICEP — Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

Outras entidades presentes: Taguspark, IAPMEI, Grupo Amorim, Compete 2030, Camões I.P., AILD - Associação Internacional dos Lusodescendentes, Conselho da Diáspora Portuguesa, Fundação António Pargana, Federação Internacional de Motociclismo, Vyoma GmbH, Elything, Elypharma, Câmaras de Comércio (nacionais e internacionais), múltiplos municípios e CIM.

Moderação: Jornalistas da RTP — Rádio Televisão Portuguesa (maioritariamente do serviço público).

Resumo de Apreciação do Evento

Pontos Fortes

O Fórum Portugal Nação Global afirmou-se, na sua 1.ª edição, como um evento de referência na agenda das comunidades portuguesas e da política de internacionalização económica. O seu sucesso pode ser medido em várias dimensões:



© Descendências/Vera Bondar

Dimensão quantitativa: Os números superaram as expectativas — mais de mil pessoas presentes (credenciadas e não credenciadas), 189 empresas da diáspora de 43 países, 200 reuniões de negócios concretas. A ausência de financiamento estatal às deslocações das empresas da diáspora funcionou como filtro de qualidade, garantindo que os participantes vieram com intenção real de negócio.

Dimensão política: O Fórum teve um comprometimento político de alto nível — abertura pelo Primeiro-Ministro, encerramento pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, participação de três Secretários de Estado. Este envolvimento confere legitimidade e sinaliza à diáspora que a iniciativa tem respaldo governamental sólido.

Dimensão programática: O equilíbrio entre sessões estratégicas (reflexão sobre o papel da diáspora) e sessões operacionais (reuniões B2B, instrumentos financeiros, territórios) foi um dos aspetos mais elogiados. O fórum não se limitou a discursos — produziu contactos empresariais concretos.

Dimensão simbólica: A afirmação do conceito “Portugal Nação Global” como narrativa agregadora foi amplamente bem recebida, mesmo por quem inicialmente questionou o nome. Paulo Rangel sintetizou-o bem ao falar de um “Portugal a 360 graus”.

Dimensão territorial: A inclusão ativa de municípios, regiões e comunidades intermunicipais como atores do fórum — e não apenas como convidados — é um sinal de descentralização real da política de captação de investimento.

Aspetos a Desenvolver

Apesar do balanço globalmente positivo, foram sinalizadas algumas áreas de melhoria:

- A burocracia continua a ser apontada como obstáculo ao in-

vestimento. A sessão de desburocratização revelou consenso sobre o problema, mas não produziu compromissos concretos imediatos.

- A diáspora científica sentiu a necessidade de uma relação mais estruturada com Portugal — os cientistas querem contribuir de forma continuada, não apenas pontual, o que requer políticas de longo prazo.

- A plataforma digital foi lançada, mas a sua adoção e sustentabilidade ao longo do ano será o verdadeiro teste da ambição de continuidade.

- 6A questão dos lusodescendentes de segunda e terceira geração — estimados em dezenas de milhões — foi reconhecida como uma oportunidade estratégica ainda por explorar sistematicamente, com António Pargana a defender investimento estruturado em programas educativos e culturais.

Conclusão

O 1.º Fórum Portugal Nação Global foi, acima de tudo, um ato fundador. A sua importância não reside apenas nos resultados imediatos — as 200 reuniões de negócio, os contactos estabelecidos, os projetos esboçados — mas na mudança de paradigma que propõe: a diáspora deixa de ser uma referência nostálgica e passa a ser um parceiro económico estratégico e ativo de Portugal. O compromisso de continuidade — anunciado pelo Secretário de Estado e reforçado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros — é a condição necessária para que esta ambição se materialize. A segunda edição, já aguardada com expectativa, será o verdadeiro teste da capacidade de consolidar o que foi iniciado em abril de 2026.



PASSAGENS

A Grande Ilha do Trópico de Capricórnio

Uma sugestão de viagem

Estive trinta dias em Madagáscar e não avistei um único lêmure. Tão pouco enchi o olho com o emblemático embondeiro. Um e outro, espécies indígenas. E, não obstante, é como se tivesse visto tudo sem ter visto quase nada tal a intensidade do viver nestas paragens onde o tempo, dir-se-ia, congelou. Já vos explico: uma estada de um mês chega para muito pouco. A não ser que se opte pela via aérea, uma constante entre os turistas ocidentais (orientais? nem vê-los!), pois as estradas são bastante básicas. Para terem uma ideia: a número 7, suprássimo rodoviário malagaxe, equivale a uma estrada terciária de qualquer país europeu. O resto, bem, o

resto são picadas e trilhos no saibro, intransitáveis na época das chuvas que aqui ocorre de Novembro a Abril. Que querem? Estamos em África. Ou melhor, entre a Ásia e África, pois Madagáscar, a quarta maior ilha do planeta – há dois mil e quinhentos anos ainda por habitar – foi inicialmente povoada por gleba marítima vinda do arquipélago indonésio, aos quais se seguiriam africanos de proveniência banto e árabe omanita. Desse caldo étnico, que sofreu óbvias miscigenações, resultaram diferentes realidades tribais com as quais tiveram de lidar os navegadores portugueses que a esta ilha aportaram em 1504, chamando-a de São Lourenço. Dois des-

ses pioneiros, Diogo Dias e Pedro Soares, inspirariam o nome da cidade de Diego Suarez, actual Antsiranana.

Sim, eu sei. Se acham complicado pronunciar essa palavra experimentem soletrar Ambodhiatrimo, uma das onze colinas envolventes à capital Antananarivo. Para resolver o assunto os malagaxes encontraram uma solução engenhosa. Assim, Anatanarivo é simplesmente Tana; e Fiannarantsoa, importante cidade mais a sul, Finnar.

País montanhoso em todo seu interior, com bolsas de verde transmutadas em reservas naturais (dezoito ao todo); a costa oeste, árida e praticamente despovoada em contraste com a exuberante costa leste, onde se enraizou gente de tradição comercial como os árabes, os indianos e os chineses. O islão entrou por essa via, seguido pelo cristianismo, profusamente difundido ao longo de uma colonização feita a dois tempos: a inglesa e a francesa, esta última perduraria. Hoje apresenta-se com os seus diferentes dogmas, vertentes, que turbas de missionários ajudaram a perpetuar. O resultado está à vista: nas igrejas (anglicanas, luteranas, católicas), na tipologia das casas a fazer lembrar o norte da Europa, nas baguetes barradas com manteiga que se comem ao pequeno almoço.

Convido-vos a encetar uma viagem terrestre rumo ao sul do país, em furgões e furgonetas sobrelotadas, os designados taxi-brousses. Não vos prometo conforto nem dia e hora certa de chegada, e quase de certeza haverá um ou outro percalço. A mim calhou-me uma noite inesquecível a deslumbrar-me com o Cruzeiro Sul e outras constelações austrais, bem enquadrada pelo perfil de um gigantesco embondeiro, graças a um eixo partido na Mercedes Sprinter colectiva que nos obrigou a pernoitar num descampado, felizmente não

muito longe de uma aldeia de cubatas. Prometo-vos, isso sim, um constante desfilar de realidades tecnicolor sem que tenham vontade de fazer um intervalo – elegantes casas de barro de dois andares com varandas de madeira e tectos de colmo, florestas de coníferas, imponentes blocos de granito despontando da terra, e pessoas fantásticas, gentis, de sorriso franco e luminoso. E ao fim do trilho, a cidadezinha de Toliara, numa baía com montantes e vazantes de maré a cada oito horas. Juntam-se às comunidades piscatórias dos laboriosos vezos, alguns expatriados franceses que introduziram o hábito de passear de quad e ler banda desenhada. O peixe é do melhor que há. Aqui comi as melhores espetadas de camarão do mundo, regadas com rum de canela ou gengibre, cortesia do proprietário Gilles, ex-legionário com vida pousada, mulher malagaxe e filho para contar a história num futuro não muito distante. Uns quilómetros a sul, a aldeia de pescadores de Saint Augustin, com um pequeno delta por onde se passeiam minúsculos zambucos que fazem lembrar os do Nilo, foi buscar o nome a bonita baía de Santo Agostinho, baptizada pelos navegadores portugueses, serve de antecâmara ao retiro de Anako, um luxo há beira mar plantado com piscina e spa. Feito à medida para quem gosta de se imaginar nas Seychelles.

Bordejando a costa, enfiados em pirogas de velas desfraldadas, homens prosseguem a faina, e outros, em embarcações inteiramente de madeira, à vela e sem motor a auxiliar, aguardam a subida da maré para iniciarem mais uma navegação por cabotagem, transportando produtos de primeira necessidade para as povoações existentes ao longo da costa. De permeio, há que reservar uns dias para deambular pela





paisagem absolutamente irreal, por vezes lunar, do Parque de Isalo, um maciço de granito e grés, legado do período jurássico, entalhado com desfiladeiros e picos atrevidos, oásis de palmeiras e piscinas naturais inesperadas, numa extensão de 100 quilómetros, de norte a sul. Um mero passeio não é garante de avistamento substancial de vida animal, mas são muitas as probabilidades de deparar com algum exemplar das várias espécies de lémures e pássaros que ali vivem, além de vasta plêiade de répteis e, claro, as plantas ali superiormente representadas.

Prossigamos viagem, ainda mais para sul, desta feita num camião de caixa aberta e bancos de madeira. Dia e meio de jornada por um interior agreste feito de fetos e cactos pós glaciação. Devido ao isolamento seriam preservadas 200 mil espécies de plantas e animais, proporcionando ao Madagascar uma flora e uma fauna únicas no mundo. Prova que também se pode viver no “fio da estrada”, sucedem-se povoados, alguns abençoadas por rios caudalosos, fartos em carpas que nos são servidas, fritas ou delicioso frango caseiro

bem picante, preparados como só as mães sabem preparar. E o sorriso desta gente? Inigualável! Pratica-se em todo o sul uma agricultura de subsistência, exceptuando o sisal e o algodão, produzido em grandes plantações de investimento estrangeiro, já mais perto da costa, fustigada pelo gélido e persistente vento da Antártida.

Reveste-se a paisagem de verde e de orografia elegante, embelezada pelos cumes que resguardam a reserva natural de Andohahela, guardiã dos muitos segredos que nos reserva Tolaganaro, ou melhor, Port Dauphin. Depara-se aqui o visitante com uma das mais belas e longas baías já vistas: a Baía dos Galeões. De um lado, mar picado, apressado; no lado oposto, ondas pausadas e curvilíneas, ideais para o banho e o surf. Faltam – queixam-se os locais – os visitantes. Desmotivados, ao que consta, pelas dificuldades de acesso. O facto, garanto-vos, não me incomoda. Resguardo este cantinho um breve e apenas um cheiro do que fica para uma próxima oportunidade de regressar. E ficar. Desta vez, muito mais tempo.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador

PAQUISTÃO

O Caminho de
Bento de Góis

Viagem de autor

Joaquim Magalhães de Castro

bit.ly/viagemPaquistao



ARTES E ARTISTAS LUSOS

Ricardo Dias dos Santos

[Spotify](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Ricardo Dias dos Santos é uma figura central no panorama do metal português, guitarrista fundador e compositor da banda Heavenwood. Nascidos no fervilhar criativo dos anos 90, os Heavenwood afirmaram-se rapidamente como uma das bandas mais singulares e consistentes do metal português. Desde cedo, ultrapassaram fronteiras, levando a sua “Portugalidade musical pelos 4 cantos do mundo”, construindo um legado que combina ambição, identidade e uma notável capacidade de adaptação. Entre edições internacionais, colaborações com produtores de renome e atuações históricas — incluindo a primeira presença portuguesa no Wacken Open Air — a banda consolidou um percurso raro no panorama nacional. Hoje, continuam a reinventar-se sem perder a essência, guiados por uma filosofia simples mas poderosa: fazer música com alma. Nesta entrevista exploramos a sua jornada musical, os desafios e triunfos da banda, e a sua visão sobre o futuro do metal.

Os Heavenwood foram formados em 1992 e rapidamente se tornaram um dos nomes mais respeitadas do metal português. Como descreveria a visão inicial que impulsionou a criação da banda e como essa visão evoluiu ao longo de mais de três décadas?

Heavenwood formou-se nos inícios da época dos saudosos anos 90, conforme a generalidade das bandas nacionais e internacionais denominadas de “bandas de garagem”. Um grupo de jovens amigos de escola, apaixonados pela transcendência que a música lhes transmitia e ao mesmo tempo ajudava a expressar e lidar com um sem número de sentimentos. Independentemente das parcas condições técnicas, no que a equipamento de som e instrumentos musicais diz respeito, aliado às ainda inocentes limitações técnicas e domínio dos seus instrumentos musicais, nada disso foi impedimento para conceber e dar à Luz esta fonte de criatividade musical portuguesa. Um legado mantido e preservado até aos dias presentes, espalhando a sua Portugalidade musical pelos 4 cantos do mundo ao longo de seis registos discográficos, lançados por editoras internacionais, desde a Alemanha, Japão ou França. Trabalhando em estúdio com os melhores produtores musicais do género, também eles de nacionalidades estrangeiras, de modo a potencializar e profissionalizar ao máximo a qualidade da fonte sonora “made in Portugal”. Essas parcerias estratégicas, ao trabalhar com produtores alemães, suecos, polacos ou france-

ses, além de alicerçar os padrões de qualidade de um banda musical do Sul da Europa, garantiu o selo de qualidade imperativo para as músicas serem escutadas, apreciadas e consumidas até aos dias de hoje pelos fans das mais variadas gerações, culturas ou estratos sociais. Este é o poder da música: criar pontes e estabelecer cadeias de união entre seres humanos.

O álbum de estreia, “Diva” (1996), foi um marco, sendo o primeiro lançamento de uma banda portuguesa de metal a ser oficialmente editado no Japão. Que memórias guarda desse período e qual o impacto que esse reconhecimento internacional teve na trajetória dos Heavenwood?

Foi uma surpresa enorme, além de sermos a primeira banda portuguesa a conseguir editar nesse mercado acabou por abrir as portas para outros licenciamentos noutros formatos. Recordo que no início dos anos 90 existiam um sem número de países dentro e fora da Europa com escasso ou limitadíssimo acesso a cds, de modo que em inúmeros países de Leste e Médio-Oriente o recurso a cassetes era o principal veículo de divulgação dos lançamentos discográficos de qualquer banda ou género musical. Tal modus operandi e circunstâncias levou Heavenwood a chegar a fans de países e culturas inesperadas, tais como Síria, Palestina, Ucrânia, Iraque, Líbano, Kuwait, Israel, China, Rússia. No caso do Japão, o registo foi lançado em CD pela editora Avalon / Marquis Belle Epoque e hoje em dia é um item com valo-

res interessantes para os colecionadores, nos outros casos existem no mercado várias edições em Cassete. Se não tivesse sido assim jamais teríamos sido chamados para tocar nos Emirados Árabes Unidos, no Dubai e enquanto a primeira banda portuguesa de Heavy Metal a lá atuar e com devida autorização governamental/emirado.

A banda partilhou palcos com nomes como Cradle of Filth, In Flames e Moonspell, e foi a primeira banda portuguesa a atuar no Wacken Open Air. Quais foram os momentos mais marcantes dessas experiências e como elas moldaram a identidade musical dos Heavenwood?

Ter sido a primeira banda portuguesa a atuar no maior festival de Heavy Metal do mundo é outro marco e legado que Heavenwood carrega. Neste caso, a Alemanha sempre foi o coração e motor deste mercado, alinhando com a gestão dos mercados G/A/S (Alemanha, Áustria e Suíça), bem como com o mercado Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). Tudo isto são estruturas e dinâmicas de mercado que me parecem ainda desconhecidas (mesmo em 2026) das bandas portuguesas e que são vitais para singrar primeiramente

na Europa. Atuar com essas e outras bandas tais como os noruegueses Theatre of Tragedy, os suecos Lake of Tears, os germânicos Atrocity ou os Americanos Solitude Aeternus permitiu a banda estar exposta a milhares de fans nas extensas tours efetuadas, lidas com a imprensa internacional do género. Acredito que o espírito de missão cumprida e com sucesso ajudou a criar uma Fan base fiel, independentemente da futura regularidade dos lançamentos discográficos ou atuações no estrangeiro.

Após um hiato, a banda regressou com “Redemption” (2008), marcando uma nova fase criativa. Quais foram os principais desafios e motivações para esse regresso, e como a experiência acumulada influenciou a sonoridade e a composição desse álbum?

Na época, por exemplo, ter a missão de criar um novo álbum com mais maturidade musical, mas sem adular a essência de Heavenwood. Estar ao nível dos padrões de qualidade exigidos pelo produtor sueco Jens Bogren e os seus Fascination Studios, em Örebro. Seríamos a primeira banda de metal portuguesa a trabalhar com um produtor que estava



nessa época a assinar produções de gigantes do género como Opeth, Katatonia, Amon Amarth ou Paradise Lost. Essa época ficou marcada pela exportação da banda através da edição via editora nacional, a Recital Records, que acreditou e investiu com sucesso nos resultados alcançados em todos sentidos. O culminar, para mim, foi o facto de ter conseguido ser a primeira banda de Heavy Metal portuguesa a atuar na Casa da Música, fez-se História.

Álbuns como “Abyss Masterpiece” (2011), inspirado na Marquesa de Alorna, e “The Tarot of the Bohemians – Part I” (2016), baseado em estudos esotéricos, demonstram uma profundidade artística notável. Como aborda o processo de composição e a incorporação de elementos literários e esotéricos na música dos Heavenwood?

O álbum de 2011 “Abyss Masterpiece” foi uma experiência inesquecível em todos sentidos, desta feita misturado e masterizado na Alemanha pelo conceituado produtor alemão Kristian Kohler que hoje de-

tém a empresa de áudio digital Kohler Audio Kult. Nova casa / editora, de um país bem próximo de todos os portugueses, a França e que na época tinha no seu portfólio a banda francesa que inaugurou os últimos jogos olímpicos de Paris com uma performance estonteante: os Gojira. A Listenable Records fez um excelente trabalho na promoção de Heavenwood na França, Países Francófonos e restante mundo. Relativamente a uma das primeiras grandes poetisas portuguesas, a Alcipe, conforme era conhecida no mundo literário da época e na Nova Arcádia (levada para lá às escondidas e em papel pelas mãos do seu amigo Bocage, uma vez que no século XVIII era impossível o convívio entre mulheres e homens), tive na época em 2010 imensas dificuldades em ter acesso aos seus sonetos e obras, para mim era inacreditável esta jovem portuguesa que efetuou as primeiras traduções de Goethe para português e que mais tarde criaria a Sociedade da Rosa, estar “apagada” ou “escondida”. Certo que recentemente e felizmente surgiram edições literárias e bibliográficas acerca de D.Leonor, mas em 2010 não. Consegui ter acesso às suas obras digitalizadas e guardadas na Biblioteca Digital de Washington e para mim quando as descobri foi aquele momento “Eureka”!! Relativamente ao filantropo, médico, físico e ocultista francês/espanhol do século XVIII, Dr Gerard Encausse (ou Papus conforme é conhecido no universo esotérico) recorde ter lido um pequeno artigo acerca dele e de ser referenciado também de forma sintetizada num artigo da Blavatsky que me suscitou imensa curiosidade. Esta personalidade e personagem francesa transmitiu-me a sensação de ser um estudioso do físico e do metafísico, esotérico mas também científico, o que acabei por comprovar ao ler algumas obras suas (raras também) sentido uma vontade enorme de lhe prestar tributo. Mais tarde viria a constatar que o mesmo serviu de base e inspiração, consulta para inúmeros outros mais contemporâneos.

Em 2025, os Heavenwood assinaram um contrato mundial com a Mighty Music Records/Target Group para o lançamento de “The Tarot of the Bohemians – Part II”. O que podem os fãs esperar deste novo capítulo e como a banda tem conseguido preservar a sua essência enquanto se move para o futuro?

É o culminar e encerrar de um capítulo iniciado em 2016, com a primeira parte. Um álbum que reúne musicalmente todo o espectro musical criado desde 1996, onde cada tema é uma espécie de banda sonora do significado esotérico das cartas maiores arcanas, em específico, estudadas, analisadas e justificadas por Papus na sua obra literária.

Os temas, também eles, tem um script musical além do script lírico e o interessante disto tudo é o transportar conhecimento do século XVIII para o século XXI.





Com a sua vasta experiência na indústria musical, como avalia a evolução da cena do metal em Portugal ao longo dos anos e quais os principais desafios que as bandas portuguesas enfrentam atualmente para alcançar reconhecimento internacional?

Portugal prima por ser um dos poucos países Europeus com maior percentagem per capita de bandas de Heavy Metal, suplantado pelos países nórdicos que são efetivamente os Players do Mercado.

As grandes diferenças é que a cultura nórdica tem imensos apoios e fundos estatais que permitem aos musicais e artistas trabalhar com as melhores ferramentas, dedicarem 100% à sua arte e apoios na exportação, distribuição e implantação da cultura nórdica em termos globais. O ditado “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” é adequado à estratégia dos governos e ministérios da cultura dos países nórdicos relativamente à cultura, isto porque esse investimento foi efetuado a médio longo prazo e agora recolhem os respetivos frutos. Por exemplo, em 1996 os portu- gueses

Heavenwood foram fazer literalmente tudo aquilo que os suecos In Flames foram fazer: Gravação de um disco, edição e promoção além-fronteiras, a diferença é que os Portugueses tiveram zero apoio financeiro e os suecos com total apoio — recorde na altura conversa acerca disto e eles ficaram incrédulos.

Hoje em dia já existem algumas plataformas nacionais de apoio, que certamente não chegará para todos os projetos nacionais. No caso de Heavenwood, nunca recorreremos a nenhuma delas e não foi por esse motivo que o trabalho não apareceu feito.

O que falta às bandas nacionais do género?

Talvez definir mais a sua essência musical com base nas tradições portuguesas, desde o sentimento e conteúdo das palavras até à génese e harmonia / melodias mais características. Isto porque copiar aquilo que já foi copiado levará a lado algum, num mercado global cada vez mais competitivo, filtrado e exigente. Sei e acredito que existe um fator que ainda impera e vinga na arte musical, independentemente da nacionalidade ou cultura: Fazer música com Alma.



Enquanto guitarrista e compositor, quais são as suas principais influências musicais e como as integra no som distintivo e melancólico dos Heavenwood?

Eu sou um músico eclético, tenho o meu “guilty pleasure” que são as músicas intemporais dos anos 80, os clássicos dos 70 também. Posso definir como uma viagem entre Metallica, The Sisters of Mercy, Dura Duran e Prokofiev.

A reedição de luxo de álbuns como “Diva” e “Swallow” em 2024 e 2025 celebra o legado da banda. Qual a importância de visitar e preservar a história dos Heavenwood para as novas gerações de fãs e músicos?

Muito importante também porque ambos foram editados pela primeira vez em vinil, com uma apresentação deluxe que resultaram num estrondoso e saboroso resultado de vendas e feedback muito positivo, vindos de fãs espalhados pelo mundo fora. Serviram para comprovar a vitalidade, importância e necessidade de continuar a alimentar esse legado em respeito por mim próprio e pelos fãs. Sim, imensos músicos

conhecidos da atualidade da cena e panorama a internacional consideram ainda hoje os álbuns “Diva” e “Swallow” como um marco na sua juventude até aos dias de hoje é isso é de sentir uma espécie de orgulho humildemente falando.

Olhando para o futuro, para além do lançamento de “The Tarot of the Bohemians — Part II”, quais são os próximos objetivos e ambições de Ricardo Dias dos Santos e dos Heavenwood, tanto a nível criativo como de digressões e presença global? Pode-nos revelar alguns dos seus projetos para 2026?

A preparação de um espetáculo simbólico ao vivo em jeito de celebração, não apenas do novo álbum, mas de tudo isto: de mim, de ti e de nós.

Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

Um bem-haja a todos e que jamais deixem de acreditar nos seus desejos, projetos e sonhos porque, “There’s a Light that never ends”.

A M B I E N T E

Baldios: A última fronteira da soberania comunitária

Para quem vive o dia a dia do interior e lida de perto com a realidade destas populações, a questão dos baldios é, acima de tudo, uma questão de sobrevivência económica e de organização comunitária. Longe de serem territórios abandonados à sua sorte, estes montes comunitários geram rendimentos diretos para as aldeias e freguesias através das “questionáveis” parcerias eólicas e aproveitamentos florestais, verbas essas que a lei obriga a reinvestir localmente em apoios sociais, acessibilidades e na contratação de equipas de sapadores florestais.

Em termos de proteção civil, a presença do pastoreio extensivo e a limpeza controlada feitas pelos compartes reduzem de forma mensurável a carga de combustível no terreno, criando barreiras humanas e biológicas que funcionam com muito mais eficácia contra os incêndios do que qualquer plano de emergência desenhado à distância. Falar de baldios, é falar do maior património de propriedade comunitária da Península Ibérica. São cerca de 400 mil hectares de território em Portugal geridos não pelo Estado, não por fundos privados, mas sim pelos compartes: os moradores que, por direito de uso, residência e costume ancestral, administram o seu próprio chão. Não se entendam os baldios como “terras de ninguém” ou de mato abandonado.

A ortodoxia económica ocidental assentou, durante décadas, na célebre tese da “Tragédia dos Comuns”, formulada

pelo ecologista Garrett Hardin em 1968. Hardin defendia que qualquer recurso gerado e partilhado de forma comunitária estaria inevitavelmente condenado à ruína, uma vez que o interesse egoísta de cada indivíduo se sobreporia ao bem coletivo e o livre acesso a um bem finito levaria ao seu esgotamento. Pois bem o interior de Portugal desmente este dogma todos os dias. A investigação científica nacional sobre os sistemas de governação local demonstra como os baldios funcionam precisamente ao contrário, ou seja, assentam numa densa teia de regras informais e assembleias de braço no ar onde a sustentabilidade a longo prazo esmaga a ganância imediata.

Nas assembleias de compartes de aldeias minhotas, transmontanas e beirãs, decide-se democraticamente o corte da lenha para o inverno, as “rodas” da água e a distribuição das pastagens para o gado. Por outro lado, os rendi-





mentos retirados da floresta, são obrigatoriamente reinvestidas na comunidade, traduzindo-se no apoio à natalidade, na fixação de jovens, na melhoria de caminhos agrícolas e no apoio à terceira idade, ao abrigo da Lei n.º 75/2017 (atual Lei dos Baldios). O baldio contribui, deste modo, para a fixação de população porque devolve a soberania económica a quem habita o território.

Enquanto assistimos à proliferação de autênticos “desertos verdes”, resultantes das monoculturas contínuas de eucalipto que transformaram extensas áreas do Centro e Litoral do país num autêntico pávio, os territórios geridos por conselhos de compartes ativos erguem-se como fortalezas ecológicas. O segredo não reside em inteligências artificiais muito avançadas ou em diretivas europeias de gabinete; reside no gado que pastoreia os montes e no conhecimento empírico de quem trabalha a terra. Estudos conduzidos por investigado-

res de ciências florestais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) confirmam que as áreas de baldio geridas ativamente com recurso ao pastoreio tradicional, de raças autóctones como a vaca Barrosã ou a cabra Serrana, apresentam uma carga de combustível vegetal drasticamente inferior à dos terrenos privados abandonados.

Os compartes aplicam, há séculos, o conceito que a ecologia moderna agora batizou de “mosaico paisagístico”.

Ao alternarem zonas de pasto curto com matas de folhosas autóctones, como o carvalho-negral e o castanheiro, criam corta-fogos naturais. Quando o incêndio deflagra, a descontinuidade da vegetação retira-lhe intensidade. Além disso, a presença diária de pastores nos montes funciona como uma patrulha de vigilantes comunitários contra os incêndios.

A gestão comunitária não pode ser entendida como uma peça de museu etnográfica para o turista ver ao fim de semana,



mas sim como um modelo de vanguarda para a sustentabilidade. Neste seguimento, importa referir que a própria Nobel da Economia, Elinor Ostrom, dedicou a sua carreira a provar, através da análise de sistemas comunitários exatamente iguais aos nossos baldios, que as comunidades locais gerem os recursos escassos de forma muito mais eficiente e justa do que o Estado ou o mercado privado.

A transição ambiental e a dita coesão territorial não se compadecem com visões colonizadoras que pretendem transformar o interior num mero estaleiro de extração mineira, de extensos parques de painéis solares, ou numa reserva natural

deserta para usufruto urbano. A verdadeira transição faz-se devolvendo a dignidade a quem cuida da terra. Preservar a integridade dos baldios, protegendo-os das tentativas recorrentes de expropriação burocrática, é garantir que o coração de Portugal mantém os seus guardiões mais fiéis. Aquelas velhas reuniões ao calor da lareira ou no largo do povo, onde a palavra dada ainda vale mais do que um contrato assinado, guardam a chave para a nossa sobrevivência coletiva. O futuro do país depende, inteiramente, da nossa capacidade de escutar a sabedoria que a memória comunitária teima em proteger.



Vítor Afonso
Mestre em TIC



| LUSO-CRIANÇA

Noções básicas sobre política I

«A política é uma ciência que tem por objetivo a felicidade humana, quer ao nível individual, quer ao nível colectivo. A palavra “política”, tem origem no tempo em que os gregos estavam organizados em Cidades-Estado chamadas «pólis». O termo política é derivado do grego antigo (politéia), que indicava toda a actividade e acções relativas à pólis ou Cidade-Estado. A pólis era tanto a Cidade-Estado, como significava a sociedade, a comunidade ou coletividade da vida urbana. O termo política, expandiu-se graças a Aristóteles, um filósofo, para o qual a política significava funções e divisão do Estado e as várias formas de governo, mas também arte ou ciência do Governo, ou seja, a forma de conhecimento sobre esse mesmo conjunto de actividades. Mais tarde, o termo política foi sendo substituído por outras expressões como: ciência do Estado, doutrina do Estado, ciência política e filosofia política. **Filósofo:** é um

«amigo do saber» e um curioso; uma pessoa que se ocupa a estudar a natureza de todas as coisas existentes e as relações que possam existir entre estas coisas, como valores, sentidos, factos, entre outras. Os filósofos também se ocupam com o estudo sobre a origem e o destino do homem. **Estado:** entidade responsável pela estrutura e pela organização política e administrativa (governo, tribunais, forças armadas e de segurança, etc.), de um país confinado a um determinado espaço territorial. Essa entidade somos nós todos, a população que garante a existência do nosso país como um território soberano, reconhecido internacionalmente pelos outros Estados. Estamos representados por esse conjunto de instituições que asseguram a administração do país. Fica atento que vou escrever sobre todos os órgãos de soberania.



Madalena Pires de Lima
Escritora

| TRADIÇÕES LUSAS

O carisma de outras cozinhas

Batalhas do antigamente





Para mim sentar-me a uma mesa é muito mais do que uma necessidade alimentar.

É, antes de mais, o gozo cultural em querer apreciar todos os atractivos que a mãe-natureza nos oferece numa refeição. Julgo, por isso, que a principal diferença entre alimentação e gastronomia consiste em que a alimentação é o conteúdo de um aperto fisiológico enquanto a gastronomia permite elevar e sublimar essa função...

Daí que os animais na sua luta diária pela sobrevivência tenham de se alimentar e que o homem cedo descobriu que a natural alimentação não era apenas a fonte energética nem a reserva proteica para que a vida continuasse ao ritmo da primordialidade, mas, também, uma fonte inesgotável de outros prazeres: o prazer da própria intelectualidade, a alegria do excesso e da partilha, o desejo dos sentidos e das emoções, da satisfação e da exaustão ... enfim, o prazer dos prazeres dos apetites. Aliás, foram estas recônditas aspirações e a angústia do fatídico envelhecimento que levaram o homem à procura dos alimentos mais prodigiosos... que reavivassem o fogo decrescente da sensualidade amorosa e dos prazeres do sexo. É por isso — diz-se por aí — que “envelhecer é mau para a saúde ou pelo menos é muito pior do que comer bem”. E nesta imperativa conveniência gastronómica, até os «olímpicos» deuses que festejaram o nascimento de Afrodite intentaram a mais sensata relação entre alimentos ingeridos e a «po-

tência» libido sentiendi dos ciosos amantes. Aceitou-se, assim, que qualquer manjar dotado de poderes «afrodisíacos» exerceria um efeito estimulante nos dotes sexuais. Foi tal a excitação do invento que sábios e menos sábios, alquimistas, apotecários, druidas e feiticeiros, bruxas e benzedoras (...) procuraram atormentadamente conhecer, minuciar, essas forças ocultas dos alimentos... e prometeram-nos as poções mágicas do amor ou os elixires da eterna juventude, condições necessárias para o remoçar dos amantes fatigados e já consumidos.

Diz a história alcoviteira que...

o nascimento do imperial príncipe Paulo, o filho da grande Catarina II e do deposto Pedro III, foi o resultado de um caótico e faustoso deleite de esturjão, caviar e vinhos exóticos na companhia do seu amante favorito (!) ... a napoleónica frieza sexual da imperatriz Maria Luísa transformou-se em desejos ardentes graças a uma avinhada poularde truffé à la Périgueux... o nascimento do futuro Bom-Rei Henrique IV de França, Le vert-galant, terá sido consequência da gulodice de um paté de foie excessivamente trufado que o duque de Vendôme ofereceu a sua esposa Joana d'Albret... os cozinheiros de Madame La Comtesse du Barry, maîtresse-en-titre, davam a beber aos amantes da dita, para os arrastar a uma luxúria sem limites, um tónico de gengibre com gema de ovo... Rasputin, o místico aventureiro, protegido da imperatriz Alexandra Feodorovna, antes de se entregar à devassa não dispensava



umas boas doses de caviar (...) já no outro lado do mundo, o imperador asteca Montezuma II tragava dúzias de chávenas de chocolate por dia que, pelos vistos, lhe aduzia energia suficiente para fazer amor com várias donzelas numa só noite (...) por cá, consta-se apenas por lá que a virilidade máscula dos barrosões se deve ao incenso do pote celta ou às ingestões extremas dos licores do druida de Vilar de Perdizes. Mas...

nestas contas históricas de prefixos e condões afrodisíacos as que melhor marcam os mistérios e a ousadia da gastronomia mística são acima de todas: as tais receitas, para aumentar o vigor sexual, da obra imortal do erotismo hindu, o clássico Kama Sutra de Vatsyayana, as fórmulas culinárias, para reconfortar corações e despertar desejos genitais, do poeta Kalyana Malla no seu Ananga Ranga, e o tratado de farmacologia chinesa Pen Ts'ao Kang Mu, onde se apresentam poções tão-tão mágicas que – a seu tempo – rejuvenescerão o homem, devolver-lhe-ão o vigor fálico e capacitá-lo-ão para suportar as mais duras batalhas... na cama e na mesa.

Por sua vez...

as tradições mitológicas e sociais das culturas greco-romanas também registaram orgias místicas de abusos gastronómicos e pretensas virtudes afrodisíacas... aos bolbos de formas genitais que levaram o latino Marcial a cantar num dos seus «Epigramas» “se a sua mulher é velha e o teu membro está defunto, não podes fazer outra coisa senão à força de bolbos” e o médico Marcelo Empírico a aconselhar: “se de-

sejais ter esperma em abundância ou quando este falte, bebei uma decocção de saramago ou comei esta planta crua com frequência”; ou a acreditar em Plínio, o agrónomo romano que ensinava que a erva-do-salepo — uma orquídea espontânea de tubérculos dependurados, conhecida na região por testículos-de-cão — tinha eficácias erotizantes; ou que outros, já mais achegados aos nossos dias, afiançassem que o simples facto de trazer um pedaço de medula de titímalo, o portador sentir-se-ia propenso às mais atrevidas delícias amorosas. Pena foi que o filósofo peripatético, Teofrasto, não nos tivesse dito quais era as plantas que só com o respectivo contacto um varão pudesse praticar o coito mais de cinquenta vezes... ou porque é que o poeta-jesuíta de ascendência judaica, José de Acosta, afirmava que os pimentos em excesso eram prejudiciais para a saúde — porque estimulavam o corpo, provocavam incontroláveis ardores sensuais e dificultavam os votos de castidade.

Dos produtos que aportaram do novo mundo...

admito, ainda, para esta saga, o tomate que conseguiu atingir o epíteto mais sensual dos nossos dias, e quão tardamente foi cultivado na Europa [!] já que as damas espanholas o olhavam com desconfiança e vergonha púdica. Abençoadas cortesãs francesas, mais libertinas do que as suas congéneres ibéricas, que o começaram a utilizar na cozinha a partir do século XVIII com alguma frequência, mesmo que timidamente, por ser considerado imoderadamente afrodisíaco.

Foi, por este amontoado de suspeitas, baptizado de «maçã-do-amor» e em Itália, por razões de pudor, como «maçã-de-ouro» ... na Alemanha, por ser símbolo dos sensuais e perdoáveis pecados, apenas como «maçã-do-paráiso». Actualmente, no nosso país, é tão-só o legume para todo o serviço gastronómico (...). Sobre a baunilha, as lendas mexicanas são o maior dos desafios aos perfumes eróticos dos colonizadores ibéricos, que ainda hoje perduram na culinária duriense — enigma semelhante ao da canela nas migas de peixe da Senhora da Ribeira/Carrazeda de Ansiães. Só que, nos nossos dias, os fálicos frutos do estado de Chiapas estão a ser substituídos por produtos sintéticos em que o afeiçoado prestígio se esfuma na pastelaria gordurenta dos snaks e fast food idiotas.

Não foi apenas privilégio das culturas orientais

(ou mitológicas dos povos mediterrânicos), esta sabedoria gastrófila de efeitos lúbricos, mas, também, da mais prodigiosa das modernas cozinhas europeias — a italiana — que, com as suas «estranhas» misturas, era capaz de fazer milagres inconcebíveis para os seguidores da privação e da descrença. Legaram-nos manjares de fazer enlouquecer de amor um homem, à base de testículos de coelho, fígado de pombas e sangue das próprias; receitas para comprovar a pureza de uma donzela... com pólen de açucena e uma pitada de âmbar; petiscos que serviam para o homem fazer-se amar por uma jovem beldade, confeccionados com plantas de amaranto; poções que impediam a separação dos aman-

tes; outras que restauravam a aparência da virgindade (...) e ainda outras para provocar a impotência de maridos infiéis — mas... escuso-me a fornecer-vos as respectivas fórmulas para não injuriar a ciência imemorrável dos saberes populares (...). Nicolau Maquiavel, na sua apologia ao adultério — a comédia A Mandrágora — refere os dons eróticos da raiz desta planta, que, segundo muitas lendas à época, era a verdadeira árvore do paraíso. Aliás o misticismo da mandrágora perdurou até há bem pouco tempo, e pelas afirmações de Maquiavel salvou da esterilidade muitas damas, inclusive a própria rainha de França. Ele próprio teve a oportunidade de testar as suas virtudes... diz que quatro vezes. Ainda se alegava que onde a mandrágora tocasse florescia o amor e tamanhas riquezas, daí a utilização generalizada por bruxas e feiticeiros no preparo das poções mágicas. Consta-se, junto dos delatores bourguignons e das excomungadas invejas, que, por ter sido encontrado um ramo de mandrágora no leito de Joana d'Arc, se agravaram as acusações de bruxaria contra ela. Hoje sabemos que é uma planta tóxica, alucinógena, narcótica... dispensável à função (...). Outra receita corrente da época, pelas virtudes excitantes da sexualidade, eram as tortilhas de flor de sabugueiro — confeccionadas com queijo, manteiga, ovos, canela, açúcar e água de rosas.

Naturalmente...

todos os povos improvisaram e percorreram a imaginação na busca de comeres afrodisíacos, e os franceses não descuraram esta pesquisa inglória, nem que fosse para manter





as cortes lascivas e de volúpia constante do reino. Disso se consta da rainha Margarida de Navarra e das suas cunhadas que levaram uma vida tão perversa e desenfreada de adultério que só os misteriosos ensalmos e as poções secretas conseguiram manter o apetite sexual continuado. Azar da rainha que provocou as iras do rei enfestado e viu-se perdida destes prazeres genitais.

[...] Das receitas da época

refere-se a extravagância dos ovos assados no espeto com ervas aromáticas e as ceboladas de ostras ou a crueldade de um guisado de miolos de pardal-macho e de borrachos que ainda não tenham começado a voar com puré de grão-de-bico, leite de cabra, nabos, cenouras e sementes de trevo. Até o afamado médico da peste, Nostradamus, mais conhecido pelas suas profecias, deixou receitas de doçaria que muito contribuíram para vulgarizar o uso do açúcar... que pretendiam atenuar a frieza da mulher no leito nupcial ou proporcionar o cumprimento das funções matrimoniais aos homens incapazes (...). Foram, ainda, muitos os mestres de cozinha que recomendaram o mais variado receituário para fortalecer o vigor sexual ou despertar os apetites genésicos – as favas com toucinho, especiarias e saramago; as saladas de estragão, orégãos, chupa-mel, pimpinela, medula de sabugueiro, azeite e açúcar; a lampreia assada no espeto com vinho fortificado; as carpas com cerveja e aguardente, bem

condimentadas de cheiros e sumo de laranja; o caldo de pontas de cornos de veados ou as pastilhas de chocolate, baunilha e tintura de cantáridas que o Marquês de Sade distribuía nas festas mundanas que organizava e que deixavam os convidados possuídos de tais e tantos ardores sexuais. E não julguem que o amante mais famoso de todos os tempos – Giacomo Casanova – nas suas maratonas estafadas de sexo se aliviava do estímulo fortificante das quarentas ostras diárias, caviar, trufas, chocolate quente e da sua salada preferida com um molho de pimenta preta, cebola, sálvia, hortelã-pimenta, vinagre e gemas de ovo.

Mas a história foi acertando a ideia da perigosidade que podem ter as fórmulas afrodisíacas... e também as agonias que podem ocorrer aos que chegados à velhez e se arriscam a desposar mulher jovem e ambiciosa quando os anos já começaram a fazer os inevitáveis estragos. Deixo, no entanto, que a pesquisa vos abra o apetite, a ansiedade não vos demande aos chás de pau de cabinda ou aos pós de corno de rinoceronte e o encontro vos abnegue os viágras e os sex-shops de prazeres frustrados e iludidos.

Neste florilégio erótico-gastronómico em que os agentes da alimentação convivem com os intermediários dos prazeres do amor e do sexo, o vocabulário amorável também se confunde com alguns dos produtos



da criação gastronômica. Assim se assemelham os marmelos aos seios da mulher, a bêbera (figo grande) e a alcachofra à genitália feminina... ou se comparam os tomates com os testículos do homem e o pepino com o pendurcalho que os acompanha. Com carinhos poéticos se diz que uma mulher tem olhos amendoados, pele cor de avelã, a maçã do rosto avermelhada ou lábios a saber a cerejas maduras. E com a brejeirice própria dos latinos mais facilmente se apregoa em relação à mulher que é boa como o milho, está apetitosa, comestível... e mordida-a, comi-a toda, nem que fosse com os olhos (...). Por último...

se Eros é o deus do amor [...]

do capricho, do belo ou da inteligência feita carne-comestível, ou nutrição das paixões, a gastronomia terá de ser

erótica porque é um canto ao apetite, à fome não saciada ou ao gozo à sabedoria do viver e do querer. E... nesta sequela erótica ou não da cozinha gastronômica assenta ainda a influência recíproca entre os prazeres da boca e os do sexo. A boca foi-nos dada para comer mas também para acariciar. É por isso que lábios meigos sugerem o amor sensual e, reciprocamente, a satisfação do instinto temperamental incita ao prazer gastronômico. O amor é na verdade uma guloseima que um bom espumante bem frio acrescenta de sensualidade. Fico-me por aqui... porque sei que a castidade não se pode guardar, nem esconder, quando as comidas são muitas e boas, principalmente a «tal» sopa de feijão que Hércules devorou antes de desflorar quarenta e cinco virgens numa só noite...



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

A criança e o divórcio dos pais



A palavra divórcio significa a dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento civil.

O número de divórcios em Portugal tem vindo a aumentar nas últimas décadas. Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), entre 1960 e 1975, por cada 100 casamentos havia um divórcio. Em 2011, ano

em que se atingiu o valor mais alto, 74 dos 100 casamentos realizados, terminaram em divórcio.

A união entre duas pessoas determina a constituição de uma família.

O fim de uma relação conjugal, pressupõe o término de um projeto a dois, originando, frequentemente, nos adultos, sentimentos de desilusão,

frustração e insatisfação.

O divórcio origina grandes mudanças na estrutura familiar, com repercussões na parentalidade, assim como, na componente económica e social.

Wallerstein e Blakeslee (1989) identificaram três fases principais no processo de divórcio:

1. Separação: Nesta fase, as discussões conjugais são bastante frequentes, culminando no abandono do lar, por um dos progenitores. Verifica-se uma grande desorganização familiar na qual as crianças são muitas vezes testemunhas de agressões físicas e verbais entre os pais. O casal desorganizado está, geralmente, mais centrado nas suas preocupações e menos atento às necessidades dos filhos.

2. Reconstrução: Estádio transicional em que pais e filhos procuram reconstruir as suas vidas. Nesta fase, é frequente haver várias mudanças, nomeadamente de casa, de emprego e/ou de escola.

3. Estabilização: A família volta a encontrar alguma estabilidade. No entanto, globalmente, podem ser famílias mais vulneráveis, uma vez que podem existir, maiores dificuldades económicas, menos apoios externos e mais dificuldades ligadas à parentalidade.

O divórcio implica o fim do ciclo de vida familiar tradicional e pode causar desajustamentos psicossociais nos filhos. Com vista a avaliar o impacto do divórcio no desenvolvimento emocional da criança, têm sido realizados inúmeros estudos.

Os pais promovem a segurança emocional da criança, a independência, o sucesso intelectual e a competência

social. No caso de uma rutura familiar, os estudos indicam que a estabilidade emocional dos filhos dependerá dos pais, de como eles estão ou não saudáveis psicologicamente e como é que eles vão lidar com esta nova etapa das suas vidas.

As crianças mais jovens sofrem mais com o divórcio, por, frequentemente acreditarem ser culpadas por tal acontecimento. Os educadores devem transmitir segurança, para que a criança se sinta protegida.

A maior parte das crianças vive estas mudanças, de uma forma saudável, com poucos danos psicológicos.

No entanto, para muitos autores, o divórcio é considerado como o evento que, com maior frequência, causa stress nas crianças.

Neste contexto, os conflitos inter-parentais contribuem significativamente para um sofrimento emocional nas crianças e jovens, que pode culminar, em situações mais graves, em depressão infantil.

A depressão infantil é uma perturbação psiquiátrica e não apenas um normal estado de tristeza, que pode surgir na sequência de um acontecimento, sentido pela criança como traumático. As crianças têm mais dificuldade em exprimir verbalmente o que sentem e não existem sintomas exclusivos da depressão infantil. A duração, fre-

quência e intensidade dos sintomas, juntamente com uma recolha de dados minuciosa aos pais e a outros cuidadores, é fundamental para se chegar a um diagnóstico.

Os estudos sobre a depressão infantil revelam que a prevalência da doença aumenta com a idade e, até à puberdade, afeta na mesma proporção ambos os sexos. Na adolescência, no entanto, a depressão é cerca de duas vezes mais comum entre as raparigas.

Sinais de Alerta:

Humor depressivo, tristeza e/ou choro frequente;

Perturbações do sono;

Alterações do apetite;

Diminuição do rendimento escolar;

Isolamento social: nomeadamente na escola;

Baixa auto-estima e constantes sentimentos de culpa;

Fadiga, falta de energia;

Apatia, perda de interesse nas brincadeiras;

Queixas somáticas (barriga, cabeça, etc.)

• Outros.

Se ao ler este artigo, ficar preocupado/a com o seu filho/a deve procurar ajuda especializada, Sugere-se que se dirija ao médico de família e solicite o encaminhamento para um Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental da Infância e da Adolescência.



Sílvia Faria de Bastos
Psicóloga/Neuropsicóloga



FUNDAÇÃO AEP

Missões Empresariais Inversas

A Diáspora como Alavanca da Internacionalização

A Lógica da Inversão

A internacionalização das PME portuguesas tem sido historicamente encarada como um movimento centrífugo — empresas que partem em busca de mercados. As missões empresariais inversas subvertem esta lógica, trazendo o mercado até às empresas.

No contexto da Rede Global da Diáspora, o Diáspora Indus-

trial Tour representa precisamente essa inversão estratégica: em vez de levar Portugal ao Mundo, traz-se o Mundo a Portugal, na figura dos empresários, compradores, distribuidores e importadores da diáspora portuguesa que, instalados nos mais diversos mercados, detêm poder de decisão e capacidade de influência nos circuitos comerciais internacionais.

Esta abordagem não é meramente operacional. É, antes de tudo, uma escolha metodológica que reconhece o valor insubstituível da experiência direta. Ver, tocar e compreender os processos produtivos, a qualidade das infraestruturas e a capacidade de inovação das empresas portuguesas tem um impacto na percepção e na memória dos visitantes que nenhuma campanha de marketing digital consegue replicar. A visita in loco transforma o conhecimento abstrato da oferta nacional em convicção comercial.

Portugal conta com cerca de 5,2 milhões de cidadãos e lusodescendentes distribuídos por 178 países. Uma parte significativa desta diáspora construiu posições de relevo na esfera empresarial dos países acolhedores — nos setores agroalimentar, da construção, do retalho, da moda e do lifestyle — acumulando capital social, redes de distribuição e capacidade de influência que representam um ativo de enorme valor para a economia nacional.

O que distingue estes empresários de qualquer outro potencial comprador internacional é precisamente o vínculo afetivo e identitário com Portugal. Esse vínculo não é apenas sentimental — é estratégico. Um empresário da diáspora que distribui produtos portugueses no mercado onde está instalado não é apenas um cliente: é um embaixador, um validador da qualidade nacional junto de consumidores e parceiros que, de outra forma, seriam de difícil acesso para as PME portuguesas.

As missões inversas capitalizam exatamente este potencial. Ao convidar estes empresários a percorrer as regiões Norte,

Centro e Alentejo, visitando empresas das fileiras com maior expressão exportadora — Agroalimentar, Construção e Materiais, e Lifestyle — cria-se um momento de convergência entre a identidade nacional e a oportunidade comercial. O Industrial Tour não é uma feira nem uma conferência: é uma experiência imersiva de Portugal como destino de negócio.

A escolha das regiões de intervenção — Norte, Centro e Alentejo — não é acidental. São territórios de convergência, marcados historicamente pela emigração e com uma base industrial e agroalimentar de grande potencial exportador ainda insuficientemente valorizado nos mercados internacionais. Ao direcionar os fluxos de visitantes empresariais da diáspora para estas regiões, o projeto contribui simultaneamente para dois objetivos de política pública: o reforço das exportações e a coesão territorial.

As Comunidades Intermunicipais desempenham aqui um papel fundamental, enquanto interlocutores privilegiados na mobilização das empresas locais e na construção dos programas de visita. Esta articulação reforça a dimensão coletiva e estruturante da iniciativa, conferindo-lhe um alcance que vai muito além da soma das visitas individuais.

O Diáspora Industrial Tour insere-se numa visão mais ampla — a de Portugal enquanto Nação Global. Esta visão, expressa nas orientações políticas do atual Governo e corporizada na estratégia da Fundação AEP, assenta na convicção de que a diáspora não é apenas uma consequência da emigração, mas um recurso ativo de projeção internacional do país.





Num contexto de crescente instabilidade geopolítica, de reconfiguração das cadeias de abastecimento globais e de pressão sobre os modelos tradicionais de comércio internacional, diversificar mercados e aprofundar relações comerciais baseadas na confiança e na identidade partilhada torna-se uma necessidade estratégica.

A diáspora oferece precisamente isso: acesso a mercados com menor fricção, mediado por laços de confiança que re-

duzem o risco e aceleram o ciclo comercial. As missões inversas são, neste quadro, muito mais do que uma atividade de promoção.

São um instrumento de política de internacionalização que reconhece na identidade portuguesa um fator de competitividade, e que transforma o sentimento de pertença à nação num mecanismo concreto de crescimento económico — para as empresas, para os territórios e para o país.



Paulo Dinis
Diretor Executivo da Fundação AEP

CONCURSO LITERÁRIO

AS MINHAS FÉRIAS EM TIMOR-LESTE

asminhasferias.pt



Patrocinador



GERAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Retratos da nova emigração

Rui Freitas, de Grijó para Gent na Bélgica

Entre laboratórios de investigação biomédica e a procura de uma vida mais equilibrada, Rui Freitas representa uma geração de jovens qualificados que decidiu procurar fora de Portugal aquilo que sente faltar dentro de portas: reconhecimento profissional, estabilidade e qualidade de vida. Natural de Grijó, em Vila Nova de Gaia, o investigador de 29 anos trocou o conforto do país natal pela cidade belga de Gent, onde trabalha atualmente na Sanofi, uma das maiores empresas farmacêu-

ticas do mundo. É licenciado, mestre e doutorado na área das ciências biomédicas. Nesta entrevista Rui Freitas fala de uma emigração pensada, ao longo de vários anos e marcada pela necessidade de “fugir” a uma mentalidade laboral com a qual nunca se identificou. Partilha as dificuldades da adaptação, a solidão dos primeiros tempos, a descoberta de um maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e um olhar simultaneamente crítico e saudoso sobre Portugal.





O que o levou a tomar a decisão de emigrar?

No geral, a principal razão foi tentar procurar melhores condições de vida. No particular, tentei arranjar um melhor ambiente de trabalho e um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. No fundo, vim à procura de liberdade. Parti no dia 1 de janeiro de 2025. Vim sozinho, mas a minha namorada juntar-se-á a mim no final do ano.

Que fatores em Portugal mais pesaram nessa decisão?

Um pouco de tudo, mas a principal razão foi a mentalidade. Sendo português, não me identifico da forma como se pensa em Portugal, principalmente a nível laboral. Foi uma decisão pensada nos últimos dois anos. Tive necessidade de fugir. Senti-me apoiado nesta decisão pela minha família, embora ela tenha ficado triste por ver-me sair do país.

O que procurava no estrangeiro que sentia não existir em Portugal?

Podia estender a resposta, mas vou destacar um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, sem dúvida. Esperava também uma vida mais calma, penso que aqui se vive a um ritmo mais lento. E pelo facto de vir sozinho, esperava uma vida menos social, o que inevitavelmente acabou por acontecer. Tinha um plano que consistia em arranjar um trabalho na área da biotecnologia, no ramo da investigação ou fora dela. Quando vim, já tinha trabalho.

Como foi a sua chegada? O que pensou nesse dia?

A chegada foi tranquila, a viagem correu bem e cheguei com facilidade ao Airbnb onde estive alojado até encontrar casa. Nesse dia, pensei que os primeiros tempos iam ser difíceis, mas que me tinha de aguentar porque foi uma decisão pessoal e ponderada e ti-

na de saber lidar com ela. A principal tarefa foi comprar comida para jantar nesse dia e tomar o pequeno-almoço no dia seguinte, bem como descansar para estar bem no dia seguinte, que já era dia de trabalho.

Quais foram as maiores dificuldades de adaptação?

O mais difícil foi talvez lidar com a solidão, ainda que tenha conseguido fazer amigos rapidamente. Quanto à língua, ainda estou a aprender o neerlandês, que é a língua que se fala na zona da Flandres, mas quase toda a gente sabe falar inglês na Bélgica.

A Bélgica tem três idiomas oficiais e na região onde estou fala-se neerlandês. Sei falar um pouco, mas ainda estou a aprender de forma autodidata (utilizando plataformas como o DuoLingo e a inteligência artificial) e consigo praticar no trabalho com os meus colegas.

Que estereótipos tinha sobre o país e descobriu que não eram verdade?



A única ideia que tinha é que as pessoas eram um pouco mais frias, o que se verificou, por isso não encontrei nada que descobri que fosse verdade.

Como conseguiu arranjar trabalho e casa?

Arranjei trabalho ainda em Portugal, através de uma candidatura no site da empresa. Trabalho na área da investigação em saúde, que é a minha área de formação. Relativamente à habitação, estive um mês num Airbnb até arranjar casa. Para isso consultei algumas plataformas digitais para ver anúncios de casas para arrendar.

Já enfrentou situações de preconceito ou discriminação?

Felizmente, ainda não.

Como é o seu dia a dia atualmente?

Durante a semana começo a trabalhar às 7h30 e termino por volta das 16h30. Raramente faço horas extras. Demo-

ro sensivelmente 15 minutos a chegar a casa vindo do trabalho. Depois de chegar faço desporto e aprendo o neerlandês. Durante o fim de semana, invisto mais tempo no estudo, bem como a ler, jogar basquetebol, correr e acompanhar a atualidade de Portugal através dos noticiários e programas e podcasts de comentário político.

Sente que é mais valorizado no estrangeiro do que em Portugal?

Sem dúvida. Existe uma preocupação com o meu bem-estar na empresa e a nível pessoal que nunca tinha experienciado anteriormente. Só isto já tem muito valor.

Aqui encontro oportunidades para crescer, algo que acabei por não ter em Portugal durante os dois últimos anos de doutoramento.

Quanto à progressão de carreira, ainda não posso comentar porque o contrato é apenas de dois anos e ainda há uma incerteza quanto a prolongá-lo. Quanto aos outros fatores, sim, as condições são muito melhores.

O que mais o surpreendeu no mercado de trabalho belga?

Não é que me tenha surpreendido porque já estava à espera do que estou a viver, mas foi com muito agrado que percebi que a organização, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, bem como a preocupação com o bem-estar de cada um é uma realidade.

Há algo em que considera que Portugal está mais avançado do que a Bélgica?

Após pensar muito nesta questão, vou dizer que não. Mesmo algumas coisas de que não gosto na Bélgica, devo reconhecer que fazem mais sentido do que a forma como Portugal as tem organizado.

Fez facilmente amigos?

Felizmente sim.

Fiz dois amigos que trabalhavam comigo. São ambos portugueses. Depois fui conhecendo mais pessoas de outras nacionalidades, mas os amigos mais próximos são portugueses.

Como é viver longe da sua família e dos amigos de infância?

É difícil, mas graças à tecnologia é possível ir mantendo o contacto e, desta forma, torna-se um pouco mais fácil.

Que aspetos positivos encontra em Portugal e que acha que deviam ser mais valorizados?

A gastronomia é fantástica, penso que é muito bem promovida.

Aqui posso dizer que como com menos variedade e a qualidade dos produtos não é tão boa.

O clima e as paisagens também, mas isso também é já muito explorado. De resto, vou citar Alberto Pimenta “Portugal é um país igualzinho aos outros”.

Como vê Portugal agora, estando longe?

Olho para Portugal como quem olha para algo que podia ser muito mais e melhor (porque tem condições para isso), mas não quer. Faltam claramente líderes com visão e projetos a longo prazo. Pelo que vejo nas notícias, parece-me que Portugal piorou

ligeiramente. Mas penso que ainda não estou fora há tempo suficiente para me alongar nesta questão. O que mais me desilude quando penso em Portugal é o facto de não haver uma visão de futuro para o país por parte dos líderes.

Que aspetos do quotidiano português lhe fazem mais falta?

Comida, convívio e língua, sem dúvida.

Que valores portugueses leva consigo no dia a dia?

Eu não sei bem o que são “valores portugueses”. Há muitos valores que são comuns a vários povos e não penso que seja isso que nos defina quanto à nossa cidadania.

Nunca me identifiquei com a mentalidade da maioria dos portugueses. Posso dizer que talvez carregue o pessimismo português, mas é algo que estou cada vez mais a combater.

Se comparar a sua vida cá e lá, quais são as maiores diferenças?

Tenho muito mais tempo para me dedicar às minhas atividades extra pro-

fissionais e sou uma pessoa mais saudável aqui do que era em Portugal.

Que imagem têm os belgas dos portugueses?

Têm uma ideia muito positiva. Pessoas trabalhadoras e esforçadas. Mas também sabem que muitos portugueses não gostam de se levantar cedo. Uma vez uma senhora no supermercado disse-me que tínhamos o idioma mais sensual.

Volta regularmente a Portugal? Com que frequência?

Ainda só fui uma vez, mas a ideia é ir duas vezes por ano. Quando regresso, sinto que estou verdadeiramente em casa, independentemente de tudo.

O que significa “saudade” para si?

Saudade é difícil de definir, mas para mim, é o sentimento de sentir falta de algo, não pela utilidade prática, mas por todo o sentimento associado ao que inspira essa saudade.

Sente que mudou como pessoa depois de emigrar?





Acho que não.

Sente-se mais português, mais europeu ou já com uma identidade “mista”?

Sinto-me português e europeu na mesma medida.

Seria uma pessoa diferente se tivesse ficado em Portugal?

Infelizmente seria mais infeliz.

Considera a emigração como solução temporária ou definitiva?

Só não digo definitiva porque tenho vontade de me reformar e regressar ao meu país. Portugal não oferece ainda condições para o meu regresso. Mas não fecho a porta a um regresso durante a vida profissional ativa, porque nunca se sabe o que o futuro nos reserva. Mas por vontade quero ficar fora muitos anos.

Vê uma nova “geração de emigrantes

portugueses” diferente das anteriores?

Para ser sincero, eu não consigo responder a esta pergunta. Não tenho contacto nem conhecimento suficiente sobre outras gerações que emigraram. O que posso dizer é que a minha geração, que ainda é jovem, tem muitos emigrantes. Os meus melhores amigos estão também fora.

Acha que os jovens de hoje emigram por razões diferentes das gerações dos seus pais/avós?

Julgo que não, mas mais uma vez, não tenho a certeza. Os meus padrinhos estão em França há muitos anos e as razões que os levaram para lá foram as mesmas que as minhas na sua maioria. Mas é uma amostra pequena para eu conseguir responder com mais certeza.

Acha que Portugal valoriza a sua diáspora?

Penso que sim.

Se tivesse de enviar uma mensagem aos jovens que vivem e trabalham em Portugal, qual seria?

Desejo-lhes a melhor das sortes e muito sucesso na vida profissional e pessoal. Quero demonstrar solidariedade para todos os que ganham pouco, não conseguem sair da casa dos pais e que não são valorizados no trabalho. Também quero-lhes dizer que há alternativa.

Que conselhos daria a jovens portugueses que estão a pensar emigrar?

Eu diria para fazerem um bom planeamento e que tentem vir já com contrato de trabalho assinado e, se possível, já com casa ou pelo menos com algumas visitas agendadas. Aviso também que o custo de vida pode ser um pouco maior e que se mentalizem que provavelmente não vão comer tão bem e o clima será diferente; claro que depende do país para que forem, mas a nível europeu é o que penso.



Lídia Marques
Diretora Cultural AILD



FALAR
PORTUGUÊS

Cursos adaptados
ao teu nível de
aprendizagem



aild

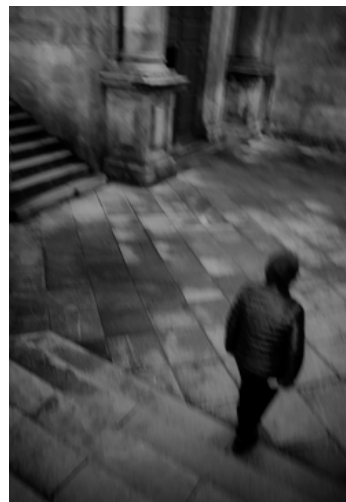
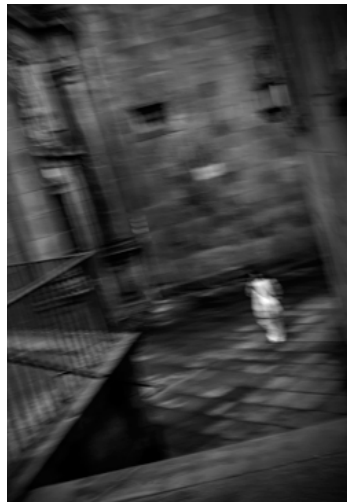
associação internacional
dos lusodescendentes

falarportugues.pt



PELA LENTE DE

Sérgio Jacques



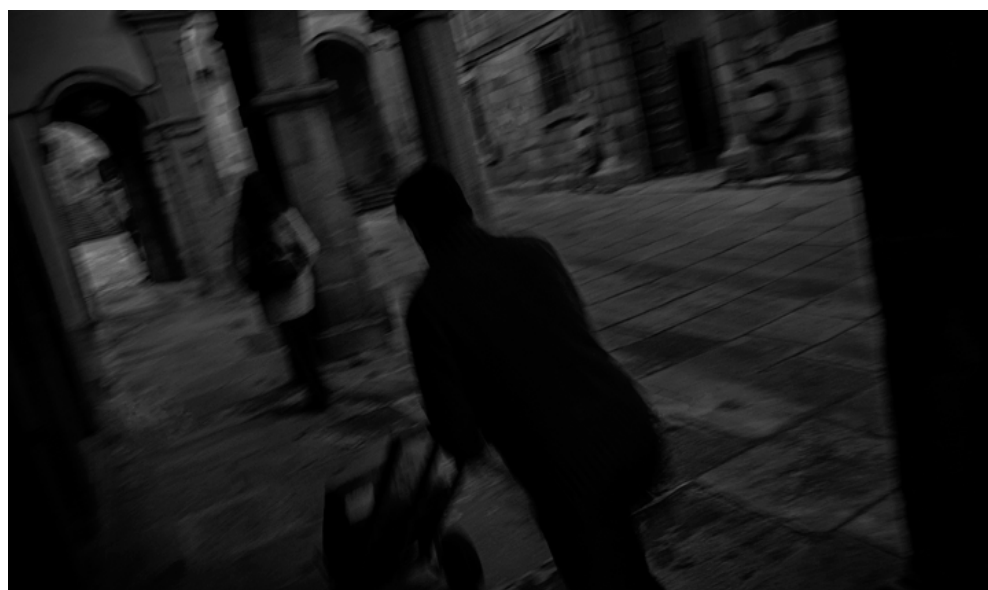
DESCENDÊNCIAS

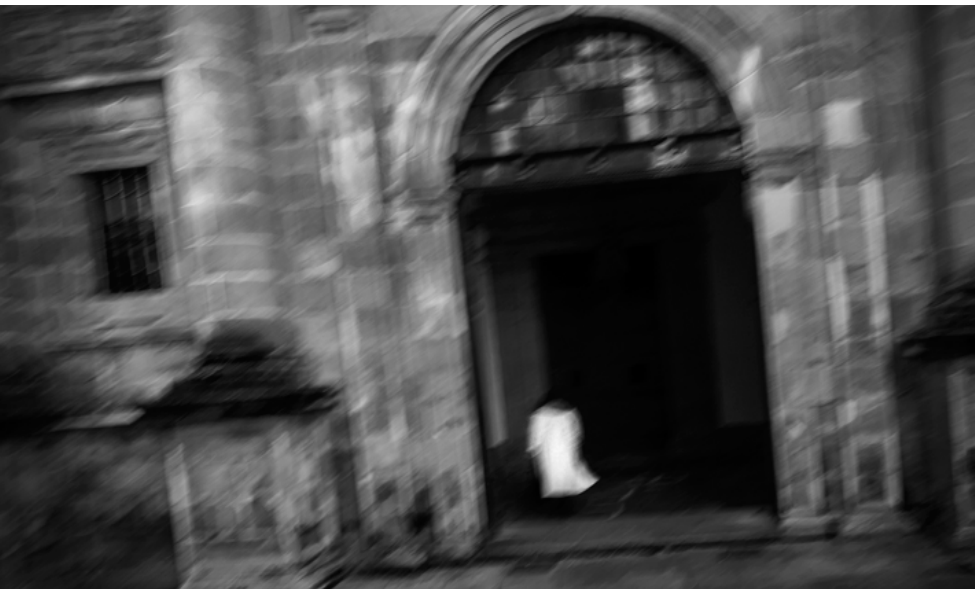
MAGAZINE



As fotografias aqui publicadas fazem parte dum projeto recente apresentado em livro e exposição itinerante que viajou pela Galiza e Portugal passando pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e pela Biblioteca Pública Anxel Casal. Um diálogo entre fotografia e literatura. O mote para estas imagens difusas é dado por um livro, de um escritor português, sobre as “Festas do Apóstolo” em Santiago de Compostela.

Fotografias difusas provenientes dum tremor de emoção ou movimento na descoberta do lado mágico e insólito que se esconde na cidade, sempre diferente do que imaginávamos ou víamos. Difusas porque privilegiam a sensação e a reconstrução, pelo espectador, do que é apenas par-





cialmente visível. Difuso porque convoca memórias, a imaginação, o inconsciente.

“Saíssem de súbito de algum beco arceiros de borzequins, com albardas e gorros, velando pela cidade adormecida, ou vultos de sinistros capuzes, arrastando um infiel ao castigo, nada já me causaria espanto.”

Ao privilegiar o Património e a Memória Coletiva como tema nos projetos onde vou trabalhando levou a Associação Portuguesa de Museologia a distinguir-me com o prémio APOM pelo trabalho na área da Fotografia sobre Património. Com vários livros editados nas áreas de História, Património e Turismo Cultural vou publicando regularmente nas páginas da centenária revista “O Tripeiro”.



| VIAGEM LUSITANA

Xaile Preto, Capas Negras e uma Guitarra

“Silêncio canta-se o Fado”

Entoa nos “Quatro Cantos do Mundo” na voz de Fadistas e é acompanhado da guitarra. Da alegria à tristeza, da vida ao “Último Adeus”, da saudade ao destino é de Portugal e não existe outro igual. Viaja para terras longínquas. Português nacional ou emigrante, porque escreve de suas vidas que vivem com o coração a bater de saudade da “Pequena Pérola Lusitana”. Cantar de Fatalismo é desafiar a História, a fim do Xaile Preto ser Guardiã do seu coração e as Capas Negras conhecerem a Sabedoria, porque mesmo à luz das velas não revelam o Ser do Futuro das Sombras de Solidão, Fé, Esperança e Coragem.

O Fado guarda seu Segredo da Vida

*Origem desconhecida.
Enigma da Vida.
Pertences a Lisboa.
Mas também a Coimbra.
Xaile Preto da saudade.
Fatalismo e verdade.
Capas Negras dos estudantes.
À noite como serenatas cintilantes.
Dos marinheiros à Severa.
Alma Lusitana tua esfera.
Conheces a solidão.
Ouves o bater do coração.
Nascestes para ser cantado.
Com guitarra acompanhado.
Nascestes com lágrima sagrada.
A saudade fica encantada.
Só quem te sabe cantar.
Deixa tua alma a brilhar.
Não existe canção igual.
Pertences a Portugal.
Outrora conhecestes rejeição.
Hoje Património da Nação.
Na voz tua vida aparece.*

*Somente Deus teu segredo conhece.
A Fadista recebe o Xaile para rezar.
O Fadista ajoelha-se para te homenagear.*

*Estudantes junto à Sé a cantar.
Lisboa – Casas de Fado a chamar.
Quadros como pintados.
Destinos recordados.
As Fadistas tuas amadas.
Com Xaile Preto ornadas.
Cantam perante o Altar.
Com nenhuma vais casar.
Divinas vozes procuras.
O amor seguras.
Com suas vozes viver.
Porque eterno queres ser.
Os Fadistas ouvem o chamar.
Sua Vocação a ti dedicar.
A Fadista oferece seu coração.
O Fadista elege a consideração.
És ilustre e vaidoso.
Triste e glorioso.
Não conheces fronteiras.*

*Cantas de espinhos e roseiras.
Contas a tua história.
Para sempre na memória.
Triste quando o vento palavras leva.
Ao esquecimento entrega.
Para não acontecer.
Conquistar e vencer.
Longa a tua trajetória.
Da marginalidade para a Glória.
Fé, esperança e coragem.
Para sempre tua mensagem.
Muitas facetas apresentas.
Quem não te sabe cantar – lamentas.
Porém –
Para o mundo cantar.
És lusitano sem lar.
Teu segredo –
não pretendes desvendar.
Como enigma guardar.
Teu Destino –
ninguém conhece.
Somente ofereces a Prece.
Boa Viagem no Mundo do Fado.*



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



FALAR PORTUGUÊS

Qual é a língua mais antiga do mundo? I

Ainda há uns meses assisti – e meti a colher – numa discussão bem quente entre galegos e um louco dum tuiteiro cá do burgo que insistia nisto: o galego foi inventado no século XIX! Um ou outro galego contrapunha, em modo agarrem-que-me-vou-a-ele, que o galego é mais antigo do que o português. Não é caso único: Gaston Dorren relatou no seu blogue Language Writer como se meteu numa discussão de Twitter entre dois irlandeses: um unionista e um republicano... Dizia o unionista que a língua irlandesa era uma invenção do século XX. A coisa aqueceu e o irlandês do Sul disparou: cala-te lá, pá!, que o irlandês é mais antigo do que o inglês! Quem tem razão? O irlandês é

mais antigo do que o inglês? É o galego uma invenção recente? De certa maneira, ninguém tem razão – mas quem diz que o galego foi inventado no século XIX está mais errado do que os outros. O leitor terá imaginado que a resposta não seria fácil – mas talvez seja uma surpresa perceber a razão da dificuldade... Vamos, então, viajar à origem das línguas. Andamos por aí com uma certa ideia do que é uma língua que nos leva a compará-la a uma pessoa: nasce, desenvolve-se, às vezes morre. Esta metáfora serve-nos em muitos casos. Mas, noutros, dá origem a ideias um pouco desastradas.

No que toca à origem das línguas latinas, a ideia geral será esta: havia uma língua estabilizada – o latim –, que se desfez e deu origem a embriões de outras línguas. Esses embriões acabaram por dar origem a línguas nacionais, muito mais tarde: o português, o espanhol, o francês, etc. – estas línguas desenvolveram-se até aos píncaros das idades de ouro das suas literaturas.

Bem, esta imagem não é completamente falsa – mas engana-nos. Para percebermos isto a fundo, temos de fazer um exercício: temos de esquecer a escrita. Pensemos, para já, apenas na língua falada na rua.

Imagine a época de Afonso Henriques – ou mesmo antes. Imagine aquilo que se falava nas ruas de Guimarães 100 ou 200 anos antes de Portugal ser um reino independente.

Na escrita, o latim imperava. Na fala, será que a linguagem das gentes era pior do que a nossa, ou seja, menos capaz de expressar as emoções ou incapaz de permitir conversas, amores, combinações?

Não parece provável: afinal, ninguém encontrou até hoje uma língua que limite os seus falantes, que impeça de sentir esta ou aquela emoção. Repare na língua que sai da boca dos portugueses de agora: é extraordinária a variedade e a riqueza das palavras com que conversamos, mesmo com quem mal sabe escrever. Sim, eu sei que há quem tenha pouco jeito – mas, em geral, sabemos convencer, discutir, ironizar, brincar, namorar. Às vezes, escrevemos um romance inteiro com a mera entoação de voz numa simples frase... Às vezes, insinuamos as maiores patifarias com uma pequena interjeição dita de certa maneira...

Piadas no pátio da escola... discussões de namorados... histórias antigas contadas aos netos... conversas profundas no terraço... reuniões

estratégicas numa empresa... As palavras saem da nossa boca a todo o minuto e servem-nos para tudo e nada.

Esta capacidade de conversar e de viver não diminuiu quando o Império Romano desapareceu. Nunca houve um momento em que a língua deixasse de ser uma língua inteira na boca de cada falante.

Da mesma forma, os romanos já receberam a sua língua do que vinha antes – e assim continuamos.

Ou seja, não há um momento em que possamos dizer: esta língua nasceu hoje. Em geral, a linguagem é transmitida sem cortes radicais entre gerações.

Como explicou Gaston Dorren na discussão de que falei, o inglês e o irlandês – enquanto línguas no cérebro de cada falante – não têm idade. São ambas tão antigas como a linguagem humana – e, acrescento eu, nascem de novo sempre que alguém as aprende.

Desta forma, tanto para o irlandês e português, como para o galego e português, fará pouco sentido perguntar qual é a língua mais antiga. Um irlandês, um inglês, um galego e um português têm todos na cabeça uma língua com a mesma idade.

Ora, dirá o leitor mais desconfiado: isso é tudo muito bonito, mas a verdade é que falamos hoje uma língua muito diferente do latim – enquanto, por exemplo, os bascos falam a mesma língua há 7000 anos! Ou seja, o basco é mais antigo do que o português... Há mesmo quem diga que é a língua mais antiga do mundo.

Continuemos longe da escrita. Continuemos apenas a pensar no que se fala. Ora, o basco mudou tanto ou mais do que o latim nestes quase 2000 anos que nos separam dos romanos – e o próprio latim nunca tinha parado de mudar durante o Império, pois já Cícero se queixava da língua das ruas...



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

Amor pelos Senhorios

Depois de anos a tentar combater o senhorio português numa espécie invasora, sujeita a perseguição fiscal, civil e moral, o Estado teve uma revelação extraordinária: afinal, para haver casas para arrendar... é preciso haver senhorios. Durante anos vendeu-se a ideia de que arrendar imóveis era um negócio tão lucrativo que quase parecia tráfico internacional de diamantes. Curiosamente, nem o Estado, nem os municípios, nem os partidos políticos correram para explorar esse “filão milionário”. No fim, descobriu-se uma verdade desconfortável: sem privados dispostos a investir, simplesmente não há casas para arrendar.

E assim nasceu o novo romance nacional: o amor pelo senhorio.

Há uns anos, o sonho português era simples: comprar casa, plantar uma árvore e reclamar do preço da gasolina. Hoje, o verdadeiro sonho é conseguir perceber o pacote habitação sem precisar de apoio psiquiátrico, três contabilistas e uma vela acesa ao Santo Expedito. O Governo apresentou o pacote habitação como quem chega a uma festa de família e anuncia: “Trouxe soluções para todos.” O problema é que, quando abrimos a caixa, percebemos que as soluções vinham desmontadas, sem manual de instruções e com metade dos parafusos em falta.

Se alguém ainda tinha dúvidas de que a fiscalidade portuguesa entrou oficialmente no género de ficção científica, basta ler o Decreto-Lei n.º 97/2026. Não é legislação. É uma escape room fiscal. A ideia agora é simples: deixar de caçar senhorios e começar finalmente a acarinhá-los. E para isso criámos uma criatura mitológica: o T2 com renda moderada.

Aqui começa o humor involuntário.

Porque em Portugal chamar “moderada” a uma renda até 2.300 euros é o equivalente económico a chamar “lanche leve” a um cozido à portuguesa.

Imagino a conversa:

— Quanto paga de renda?

— Só 2.300 euros.

— Ah... então é acessível.

O legislador criou um país paralelo onde alguém que ganha 1.100 euros líquidos consegue pagar até 2.300 euros de renda sem vender um rim, sem recorrer ao tráfico de órgãos e sem regressar ao quarto da adolescência aos 43 anos.

Nasceu assim uma nova categoria sociológica: o “pobre premium”.

Durante anos, o senhorio português foi tratado como um vilão mitológico, algures entre o dragão de Komodo e o responsável pela crise da habitação, pelas alterações climáticas e pela derrota da seleção nacional.

Mas agora tudo mudou. O Estado olha

finalmente para o proprietário com ternura: “Quer construir? Tome IVA reduzido. Quer arrendar? Tome benefícios fiscais. Quer investir? Tome isenções. Quer respirar? Ainda não tributámos, mas estamos a estudar.”

De repente, o senhorio passou de inimigo público a panda fiscal em vias de extinção. Claro que este amor continua tóxico. A certa altura já não sabemos se estamos a ler legislação ou os termos e condições de um pacto demoníaco. Explicar este pacote habitação a um cliente normal é semelhante a explicar física quântica a um pombo.

Há quem tenha desistido de investir em imobiliário apenas depois de tentar compreender o artigo 10.º. Um deles foi visto recentemente numa cabana na Serra da Estrela, em paz espiritual.

A verdade é esta: o pacote habitação até tem boas intenções. Há medidas úteis, incentivos inteligentes e tentativa real de mobilizar investimento. O problema é que Portugal tem um talento raro: transformar qualquer ideia simples num labirinto fiscal digno de uma tese de doutoramento. Porque no fundo o pacote habitação prova uma coisa extraordinária: Em Portugal, construir casa continua difícil. Mas tentar perceber os benefícios fiscais pode sair ainda mais caro para a saúde mental.

Cuidado com tanto amor pelo senhorio.



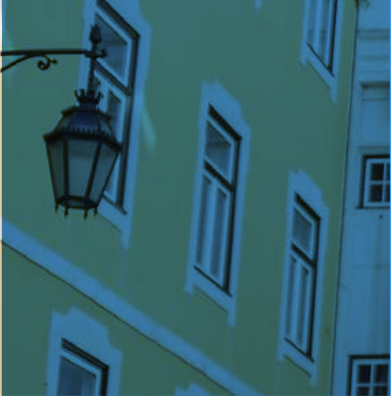
Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



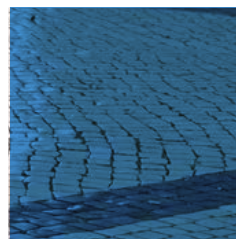
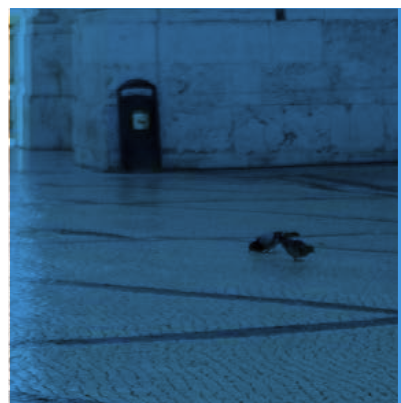
Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt



Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your
number
one agency

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt